

**PORTUGAL E A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR: UMA ANÁLISE DAS
POTENCIALIDADES, VULNERABILIDADES, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS**

CRISTIAN CAMILO OSPINA VARGAS

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

GLOBALIZAÇÃO E AMBIENTE

OUTUBRO, 2013

**PORTUGAL E A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR: UMA ANÁLISE DAS
POTENCIALIDADES, VULNERABILIDADES, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS**

**PORTUGAL AND THE MILITARY TECHNICAL COOPERATION: AN ANALYSIS OF
STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES AND THREATS**

CRISTIAN CAMILO OSPINA VARGAS

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizado
sob a orientação científica de:

Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Capitão-tenente José João Sequeira Ramos Rodrigues Pedra

Capitão-tenente Paulo Alexandre da Silva e Costa

Instituto de Estudos Superiores Militares do EMGFA, Ministério da Defesa
Nacional

RESUMO

Este relatório de estágio realizado no IESM está dividido em duas partes principais. O primeiro capítulo apresenta a instituição e reflete as atividades que foram desenvolvidas pelo candidato durante o período de estágio, incluindo a assistência e redação de relatórios de seminários e conferências, frequentemente relacionadas ao papel das Forças Armadas na política externa de Portugal.

A segunda parte consiste numa análise da Cooperação Técnico-Militar Portuguesa, enquadramento legislativo e papel que desempenha em termos da política externa e a diplomacia face aos Países de Língua Portuguesa. Para tanto é efetuada uma análise dos ambientes interno e externos, que inclui um enquadramento político-estratégico, objetivos, atores e áreas de ação, os quais explicam a existência de um dos capítulos estruturantes deste relatório: a análise possível das potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças da CTM. A discussão final quanto à forma como estes quatro aspetos se articulam tem o propósito de dar uma ideia do futuro da cooperação e as suas possíveis novas opções.

Palavras chave: IESM, Cooperação técnico-militar, Portugal, política externa, forças armadas, países de língua portuguesa.

ABSTRACT

This internship report carried out at IESM is divided in two main sections. The first chapter presents the institution and reflects the activities that were there performed during the internship period, including the attendance and drafting of reports from conferences and seminars, usually related to the role of the Armed Forces in the foreign policy of Portugal.

The second part focuses on the analysis of the Portuguese Military Technical Cooperation, legislative framework and its role in the country's foreign policy and diplomacy towards the Portuguese Speaking Countries. To achieve this, both the internal and external environments that affect the cooperation are analyzed, including a political-strategic framework, objectives, the pinpointing actors, and fields of action. The information compiled will lead to one of the chapters that most justify this research: an assessment of strengths, weaknesses, opportunities, and threats of the CTM. Finally, an evaluation on the intersection of these four aspects will shed some light on the future and will suggest new options for the Cooperation.

Key words: IESM, Military Technical Cooperation, Portugal, diplomacy, foreign policy, armed forces, Portuguese speaking countries.

ÍNDICE

Abreviaturas

Lista de Figuras e Tabela

INTRODUÇÃO	1
Justificação do Estudo	3
Objeto de Estudo e a sua delimitação	3
Metodologia	4
Enquadramento Conceptual	5
Organização do Estudo	5
PARTE I	
1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES	6
1.1 O IESM	6
1.2 Área de Ensino de Estratégia	8
1.3 Atividades realizadas	9
PARTE II	
2. A CTM: AMBIENTE INTERNO	15
2.1 Enquadramento Político-Estratégico das CTM	15
2.2 Objetivos das CTM portuguesas	18
3. A CTM: AMBIENTE EXTERNO	22
3.1 Enquadramento Geográfico e Atores	22
3.2 Áreas de Desenvolvimento	29
3.3 A CTM no Quadro Multilateral	33
4. ANÁLISE TOWS DA CTM COM PORTUGAL	35
5. FUTURO DA CTM PORTUGUESA: QUE OPÇÕES?	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
1. Balanço do Estágio	42
2. A Cooperação Técnico-Militar	43
BIBLIOGRAFIA	45
ANEXOS	

LISTA DE ABREVIATURAS

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático

CAE – Centro de Análise Estratégia

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército

CIM – Centro de Instrução Militar

CISDI – Centro de Investigação em Segurança e Defesa do IESM

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

CTM – Cooperação Técnico-Militar

DGPDN – Direção Geral de Política de Defesa Nacional

DSCTM – Direção dos Serviços de Cooperação Técnico-Militar

EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas

F-FDTL – Falintil-Forças de Defesa de Timor Leste

FA – Forças Armadas

FAA – Forças Armadas Angolanas

FACV – Forças Armadas de Cabo Verde

IDN – Instituto da Defesa Nacional

IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares

ISA – Índice de Sensibilidade Ambiental

ISA – International Seabed Authority

MDN – Ministério da Defesa Nacional

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAMPA – Programa de Apoio às Missões de Paz em África

PQ – Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar

RA – República de Angola

RCV – República de Cabo Verde

RGB – República da Guiné-Bissau

RM – República de Moçambique

RSTP – República de Santo Tomé e Príncipe

ReCAMP – Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix

SADC – Comunidade para o desenvolvimento da África do Sul

SAR – Search and Rescue

TL – Timor-Leste

TOWS – Threats, Opportunities, Weaknesses and Strengths

UE – União Europeia

ÍNDICE DE GRÁFICOS, IMAGENS E TABELAS

Gráfico 1: Número de militares formados nos PALOP e TL em 2002 e 2012	29
Gráfico 2: Assistência Hospitalar em 2012 por país	30
Gráfico 3: Número de Militares da CPLP formados em Portugal em 2012	32
Imagem 1: Mapa da CPLP	23
Tabela 1: Atividades e Áreas de Intervenção dos PQ da CTM	28
Tabela 2: Matriz de Análise TOWS da CTM	34

INTRODUÇÃO

Este relatório de estágio visa a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na Área de Especialização em Globalização e Ambiente.

Num contexto de globalização acelerada, de mudança nos eixos globais de poder e de preocupação pela segurança internacional, os principais atores mundiais procuram ativamente estabelecer parcerias que reforcem a sua afirmação política, económica e militar, ao mesmo tempo em que procuram a estabilidade do ambiente internacional.

É assim que depois das declarações de independência dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) verificadas em 1975, Portugal tem estado empenhado na Cooperação para o Desenvolvimento e no cumprimento com os objetivos das organizações internacionais das que faz parte, sendo definidas as linhas de cooperação estratégica no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”¹.

As Cooperações Técnico-Militares (CTM), que vêm a ser desenvolvidas com a maioria dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde a década de 80, têm-se tornado para Portugal numa ferramenta, não só de ligação com as suas antigas colónias, mas também assumidas como instrumento diplomático. As CTM que são também uma implementação efetiva do conceito de globalização, potenciam sinergias bilaterais e multilaterais que podem chegar a abranger diversos aspetos não só na área militar e de segurança, mas também em termos políticos.

Este relatório de estágio, com o seu trabalho de investigação, surge na sequência do primeiro ano curricular do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais e do estudo das disciplinas relacionadas com a segurança e defesa. Foi desenvolvido no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), instituição que está ligada à CTM, principalmente na área da formação de militares das ex-colónias portuguesas.

Como previsto no regulamento que define a lógica e moldes de apresentação de Relatórios de Estágio como parte da Componente Não Letiva do 2º Ciclo de Estudos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas², este trabalho abrange duas partes principais.

¹ Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa. Diário da República I _ Série - B , n.º 244 – 22 de Dezembro de 2005. Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005

² <http://www.fcsh.unl.pt/>

Numa primeira abordagem (PARTE I) será apresentada a instituição e caracterizadas as atividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular no IESM. No âmbito destas atividades incluem-se as varias conferências realizadas nas suas instalações e que tiveram como objetivos o ensino e o aprofundamento de conhecimentos sobre a segurança e a defesa, nomeadamente o estado da arte da defesa em Portugal e a geopolítica mundial, assim como o entendimento das alianças e parcerias militares entre o estado Português e outros países, sobretudo com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Esta parte está dividida em três capítulos. Primeiro se incidirá na caracterização da instituição onde foi realizado o estágio, bem como a descrição dos seus objetivos. Numa segunda parte será feita uma descrição da Área de Ensino de Estratégia do IESM, aonde se realizou o estágio. E por último serão resumidos os temas abordados nas conferências, acompanhados de uma análise crítica por parte do estagiário.

Num segundo momento (PARTE II), o trabalho de investigação irá debruçar-se sobre a análise da Cooperação Técnico-Militar com três capítulos principais. No primeiro, será caracterizado o ambiente interno da cooperação o qual abrange a justificação da própria existência da CTM desde um contexto político estratégico numa linha de tempo, com uma análise da legislação em concordância com os objetivos e desafios de Portugal e dos membros da CPLP. Logo, serão apresentados os objetivos da própria cooperação a nível bilateral e multilateral.

No segundo capítulo, será analisado o ambiente externo da CTM, incluindo os seus atores principais: Portugal e a CPLP (excluindo o Brasil com quem Portugal não mantém este tipo de cooperação), para além de uma análise das atividades que são realizadas no âmbito da Cooperação no domínio Técnico-Militar nos distintos países, primeiro num quadro bilateral e logo, com a ação multilateral, descrevendo também os seus desafios.

O terceiro capítulo estará focado na análise TOWS da CTM. Depois de ter caracterizado a Cooperação nos primeiros dos capítulos, esta informação será sintetizada numa matriz TOWS³. Este tipo de análise permitirá primeiro, classificar as potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças da CTM para posteriormente, fazer um cruzamento que vai levar ao encontro de ideias que levem a aproveitar potencialidades e oportunidades para mitigar vulnerabilidades e ameaças; esta será a base do quarto e último capítulo sobre o futuro da Cooperação e as suas opções.

A bibliografia consultada inclui a legislação portuguesa relacionada à política externa e cooperação militar e técnico-militar e outras que justificam a existência da

³ WEIHRICH, Heinz; (1982). The TOWS Matrix – A Tool for Situational Analysis. Long Range Planning, University of San Francisco.

cooperação. Foram também consultados os últimos relatórios referentes aos resultados da CTM nos PALOP e Timor-Leste e artigos que põem-na no contexto da realidade portuguesa e a sua relação com a CPLP. Porém, este trabalho diferencia-se da bibliografia encontrada pelo seu enfoque crítico sobre a CTM, fazendo uma análise de aspetos positivos e negativos que dará como resultado uma ideia das opções futuras da cooperação.

JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

Com o objetivo de fortalecer as relações com os PALOP, Portugal apresentou, no Conselho da União Europeia de 2007, a cooperação com África como uma prioridade a desenvolver. Neste contexto, as CTM, têm sido uma das áreas aonde Portugal tem estado mais envolvido, nomeadamente, com os países Africanos e desde 2006 com Timor-Leste.

Nos objetivos estratégicos de Política Externa, Desenvolvimento e Defesa Nacional do programa do atual governo e no Artigo 24º: Missões das Forças Armadas da Lei nº 31-A/2009 de Defesa Nacional, realça-se a valorização dos projetos e das ações em CTM com os países de língua oficial Portuguesa no quadro das políticas nacionais de cooperação. Todavia, embora os programas e os projetos nacionais estejam a desenvolver-se desde o início dos anos 90 e com base no fato de não se encontrar abundante literatura a este respeito, as CTM aparentemente demonstram ser um domínio que carece de maior estudo e investigação.

Com este relatório pretende-se, tendo em conta a relevância e o impacto que as CTM com os PALOP podem ter para a política externa Portuguesa e Europeia, analisar quais são as potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças das CTM como um instrumento na política externa, os principais atores que participam e influem de maneira direta ou indireta nas cooperações, e uma possível perspectiva futura destas das CTM com os PALOP e Timor-Leste.

OBJETIVO DO ESTUDO E A SUA DELIMITAÇÃO

O presente estudo centra-se primeiramente nas Cooperações Técnico-Militares de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, no atual contexto estratégico-diplomático da política externa de Portugal.

Os temas do estudo focam-se nas CTM como uma ferramenta da política externa portuguesa com a CPLP (excluindo o Brasil), abordando de maneira superficial e só a maneira de referência, a parte técnica e/ou operativa deste tipo de cooperações.

Desta maneira irá num primeiro momento caracterizar-se o enquadramento político-estratégico no qual se inserem as CTM, para depois debruçar-se na caracterização das mesmas, definindo objetivos, atores e áreas de desenvolvimento.

Nos últimos capítulos será feita uma análise do ambiente interno e externo das CTM, com a definição de ameaças, oportunidades, vulnerabilidades e potencialidades; e finalmente serão analisadas as possibilidades de expansão das CTM Portuguesas.

METODOLOGIA

Tendo em conta as temáticas que vão ser abordadas, foi optado por uma investigação analítica hipotético-dedutiva⁴, assente num esquema de análise da literatura para a verificação das hipóteses formuladas. A escolha desta metodologia de investigação prende-se com o fato de o tema incidir sobre atores globais, nomeadamente Portugal e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além de incidências básicas sobre teorizações da globalização e as Cooperações Técnico-Militares; todavia uma verificação empírica torna-se indispensável para a obtenção dos resultados.

Para o desenvolvimento da investigação, formula-se a seguinte questão central como fio condutor da investigação:

- *Qual é o papel das CTM na política externa Portuguesa?*

Formulam-se também as seguintes questões derivadas e respectivas hipóteses que serviram de apoio e orientação:

1ª *Quais são as ameaças, oportunidades, vulnerabilidades e potencialidades das CTM?*

Hipótese: Depois de analisar as características das CTM, objetivos e atores envolvidos, um análise SWOT permitirá identificar os aspetos nos que as CTM tornam-se num instrumento diplomático importante para Portugal e os aspetos que podem ser melhorados.

2ª: *Qual é o panorama futuro das CTM e as suas possibilidades de expansão?*

Hipótese: O nível de sucesso das CTM na CPLP é influenciada por os diferentes fatores internos e externos que podem influenciar positiva ou negativamente o desenvolvimento da cooperação e as suas possibilidades de se expandir à outras áreas de atuação.

⁴ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van; (1995). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Ed. Gravida. Paris.

Para o tratamento da informação vai se proceder a um análise e interpretação de conteúdo, uma vez que a maioria das fontes são bibliográficas; uma análise quantitativa de dados focados em resultados como o investimento em CTMs específicas, número de tropas envolvidas nas formações, etc. e uma análise do discurso da informação obtida de entrevistas a ser realizadas e já publicadas, para ser logo comparadas com os dados adquiridos nas fontes bibliográficas.

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Cooperação Técnico-Militar: Forma de cooperação militar pacífica focada na colaboração em matéria de formação das forças militares e de segurança e partilha de conhecimentos e tecnologia.

Política Externa: Conjunto de objetivos políticos que um estado pretende alcançar nas suas relações com outros países, de modo a procurar proteger os seus interesses económicos, culturais e de segurança.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP: Conjunto de países no mundo que tem como língua oficial o Português. Para este relatório exclui-se o Brasil que não tem CTM com Portugal é só observador.

ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O estudo está estruturado nos seguintes capítulos:

1. Relatório de Atividades: Caracteriza a instituição e a área onde foi realizado o estágio, para depois fazer uma descrição das atividades desenvolvidas no mesmo.
2. **A CTM: Ambiente Interno:** Justifica e enquadra a CTM nos objetivos da política externa Portuguesa com a CPLP desde o ponto de vista da legislação, para analisar posteriormente os próprios objetivos da cooperação.
3. **As CTM: Ambiente Externo:** Caracteriza os atores envolvidos e o seu espaço geográfico de influência. Estabelece os objetivos das CTM com cada um dos países em particular, e analisa as áreas nas que as CTM desenvolvem-se.
4. **Análise TOWS das CTM Portuguesas:** Análise matricial que pretende determinar as potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças das CTM com a CPLP.
5. **Futuro das CTM:** Analisa, segundo o resultado da matriz SWOT, o futuro e as oportunidades de crescimento e melhoria da cooperação.

PARTE I

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1.1 O IESM

O Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, é uma instituição publica universitária para a formação militar das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana.

O IESM foi criado no ano 2005, pelo Decreto-Lei nº 161/2005 de 22 de Setembro. Porém, esta instituição nasceu da união de três institutos de educação superior militar: o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), o Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG) e o Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA)⁵. O IESM teve logo o seu enquadramento normativo que define o seu estatuto legal, altera e república o diploma anterior, definindo-o simultaneamente como estabelecimento universitário e militar inserido nas Forças Armadas, tornando-o assim parte do sistema do ensino superior público universitário nacional⁶.

O IESM tem como missão⁷:

“Ser um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, que forma ao longo da carreira os oficiais das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana para o desempenho de funções de comando, direção, chefia e estado-maior.

Promover a valorização das pessoas e o conhecimento no âmbito da Segurança e Defesa, nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares e cooperar com outras instituições ao nível nacional e internacional.”

Tem como visão⁸:

“Afirmar o IESM pela qualidade, como instituição militar de ensino superior universitário de referência nacional e internacional, na área de Segurança e Defesa.”

⁵ IESM; (2010). Boletim. Formação Investigação Doutrina. Nº7. Lisboa. P. 7

⁶ IESM; (2012). Plano Estratégico PEIESM 2012/14. Lisboa. P. 7

⁷ Disponível em: <http://www.iesm.mdn.gov.pt/s/index.php> Acedida em 13/09/2013

⁸ *Ibid.* 6

E os seus valores⁹:

“Cultura Militar, qualidade, rigor e inovação.”

A missão, visão e valores do IESM são materializados nos processos de formação dos oficiais dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares, com as seguintes atribuições¹⁰:

- Ciclos de Estudos visando à atribuição de graus académicos, cursos de formação pós-graduada e outros;
- Promoção e difusão do conhecimento e cultura;
- Atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I);
- Conferências, colóquios e seminários;
- Prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;
- Valorização interna e externa do conhecimento científico e doutrinário;
- Contribuição para a cooperação internacional, com destaque para os PLOP, países europeus e outros países membros da OTAN;
- Cooperação intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas.

O Diretor do IESM é o Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias, promovido ao posto atual em 7 de Junho de 2013. Tem sob seu comando o Diretor do Departamento de Ensino, o Contra-almirante António Carlos Vieira Rocha Carrilho; este departamento está encarregado do planeamento, programação, execução e controlo do ensino e estão incluídas as Áreas de Ensino de Administração, Ensino de Estratégia, Ensino de Operações, Ensino Específico do Exército, Ensino Específico da Força Aérea, Ensino Específico da GNR e Ensino Específico da Marinha. O Diretor do Departamento de Cursos é o Major-general Carlos Manuel Martins Branco; o seu departamento encarrega-se de enquadrar as turmas de auditores e de alunos durante os cursos ou estágios, coordenar o seu funcionamento e a adequabilidade de matérias e metodologias. O Major-general José Isidro Maltez Capucho é o diretor do Centro de Investigação em Segurança e Defesa (CISDI) que tem como missão o desenvolvimento, promoção e participação em projetos de investigação com outras instituições em áreas de especial interesse para as Forças Armadas¹¹. Finalmente, a Área de Apoio assegura o funcionamento das atividades de carácter logístico, administrativo e financeiro. (ver Anexo 1: Organograma do IESM).

⁹ Disponível em: <http://www.iesm.mdn.gov.pt/s/index.php> Acedida em 13/09/2013

¹⁰ IESM; (2012). Plano Estratégico PEIESM 2012/14. Lisboa. P. 7

¹¹ Disponível em:

http://www.iesm.mdn.gov.pt/s/index.php?option=com_content&view=article&id=669&Itemid=154
Acedida em 13/09/2013

1.2 Área de Ensino de Estratégia

Dentro das Áreas de Ensino do IESM, inclui-se a Área de Ensino de Estratégia, a qual ministra formação aos Quadros Permanentes das Forças Armadas no âmbito das Relações Internacionais, da Estratégia, da Geopolítica, Geoestratégia, Direito Internacional Público e História Militar¹².

A Área de Ensino de Estratégia tem como atribuições relacionadas à parte curricular e académica:

- Ministrar aos diversos cursos de promoção, qualificação e atualização as matérias respectivas à Área de Ensino;
- Constituir-se como Núcleo Nacional do Centro de Análise Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP);
- Constituir a base do Centro de Estudos de Estratégia visando a pesquisa, a reflexão e a difusão de novos conhecimentos relacionados com aspetos fundamentais da problemática da Segurança e Defesa, no âmbito nacional e internacional;
- Planear e coordenar a realização do Curso de Estudos Africanos, Operações de Paz e “State Building”, dirigido a altos dirigentes, militares e civis, nacionais e oriundos de países africanos, em especial dos da CPLP;

Tem também como atribuições na área de investigação:

- Constituir a base do Centro de Estudos Africanos desenvolvendo investigação relacionada com aspetos fundamentais das questões que afetam este continente, visando a pesquisa, o estudo e o acompanhamento da realidade africana no contexto mundial e regional, nos domínios político, estratégico e militar, com especial ênfase na África de língua portuguesa, no Magreb e na África Austral;
- Organiza e coordena a execução de seminários internacionais, no âmbito das matérias da Área de ensino, sobre temas de reconhecido interesse e atualidade, eventualmente com a colaboração de outros estabelecimentos de ensino superior, militares ou civis;
- Elaborar e atualizar publicações no âmbito das matérias sob sua responsabilidade;

E atribuições nas que se enquadra a presente investigação:

- Participar em ações de cooperação técnico-militar na área do ensino, em particular no Instituto Superior de Estudos Militares (ISEM), em Angola;

¹² Disponível em:

http://www.iesm.mdn.gov.pt/s/index.php?option=com_content&view=article&id=550&catid=43&Itemid=77 Acedido em 13/09/2013

- Apoiar o estabelecimento de protocolos de cooperação com outras instituições militares e civis no âmbito da Área de Ensino;
- Desenvolver o/ou participar em projetos de investigação, em parceria com outras instituições militares e civis.

1.3 Relatório de Atividades

As atividades a ser realizadas no âmbito do estágio curricular incluíam a assistência às diversas conferências levadas a cabo no IESM, algumas delas com a participação de instituições externas públicas e privadas (ver Anexo 2: Folhetos de Apresentação das Conferências); a redação do relatório de cada uma das mesmas e o trabalho de investigação sobre a CTM, incluído neste documento. Este relatório de estágio foi realizado sob a orientação do CTen Rodrigues Pedra e do CTen Silva e Costa.

SEMINÁRIO: GRANDES DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA PORTUGAL: IMPLICAÇÕES PARA AS FORÇAS ARMADAS

6 e 7 de Dezembro de 2012

Este seminário foi realizado nas instalações do IESM, em conjunto com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, a Guarda Nacional Republicana, OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa e o Observatório Político.

O principal objetivo do seminário passou por abordar a evolução das Forças Armadas Portuguesas no passado recente e no contexto atual, e discutir os respectivos desafios internos e externos decorrentes da crise financeira global e das novas ameaças à segurança internacional.

No seminário analisaram-se os diferentes atores do cenário internacional em matéria de segurança e defesa. Os Estados Unidos mantêm-se como um dos líderes a considerar no quadro internacional, bem como no contexto da OTAN, a par da emergência crescente da China e da (re)emergência estratégica da Rússia. Também foi discutido o caso do Ártico em relação à sua importância estratégico-militar para a UE e a OTAN em virtude das suas riquezas naturais.

Neste seminário também se levantou a questão sobre o papel de Portugal no atual contexto geopolítico e as opções estratégicas daí decorrentes, sobretudo no que diz respeito à inserção no quadro atlantista e europeísta. Tendo em conta os constrangimentos nacionais, falou-se da necessidade do país de redefinir os seus objetivos e estratégias de cooperação, integrando a “situação internacional” na

estratégia de segurança e defesa das forças armadas e aumentando a eficiência e eficácia das missões. Também foi discutida a importância crescente das relações com a África, mais especificamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

No âmbito do seminário, também se discutiu como é que o terrorismo internacional pode afetar a segurança interna de Portugal, mormente com a introdução da livre circulação de pessoas, bens e capitais, e a arquitetura de segurança dos países europeus. As organizações terroristas têm mais capacidade de mobilidade e abrangência geográfica, bem como a possibilidade de acesso a novas tecnologias, entre as quais as armas de destruição massiva. Ademais, os problemas de narcotráfico, contrabando, imigração ilegal e comércio ilícito de armas, facilmente conectados ao terrorismo transnacional, também vão ser uma constante do futuro previsível, pelo que as Forças Armadas Portuguesas devem consolidar as suas estruturas de prevenção e resposta, focando-se na segurança preventiva, ativa e sistemática.

Análise Crítica:

Embora o seminário não tivesse como objetivo concluir como é que Portugal deve enfrentar os novos desafios de segurança interna e internacional, bem como identificar os caminhos e decisões que devem ser tomados para garantir a estabilidade do país, levantaram-se questões relevantes e urgentes, no que respeita aos novos desafios em matéria de defesa face à crise económica que enfrenta o país. Ao nível militar, as suas estruturas parecem estar bem concebidas e os seus papéis bem definidos, porém quem controla toda a estrutura de segurança do país é uma das questões que se coloca. São muitos os fatores que podem ser considerados no momento de redefinir o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Todavia, parece existir consenso que, no meio da crise financeira, Portugal deve garantir a preservação das suas estruturas militares e a melhoria da sua eficiência enquanto produtor de segurança internacional.

WORKSHOP DE GEOPOLÍTICA: A RÚSSIA

11 de Dezembro de 2012

O presente workshop teve como objetivo analisar a situação geopolítica mundial, focando-se no papel da Rússia, de modo a fazer uma análise dos interesses desta nação, as suas implicações regionais (como criar dinâmicas de cooperação ou de conflito entre os atores regionais). Neste âmbito, propuseram-se quatro cenários diferentes. Os cenários enunciados foram os seguintes:

a. Europa – Rússia

Num cenário de uma Rússia Europeia, o objetivo passa pela criação de uma área económica e de segurança. A possibilidade da entrada da Rússia na OTAN é mais do que pouco provável, porém, uma política externa europeia que considerasse e envolvesse ativamente os interesses russos, poderiam levar à criação de uma aliança estável.

O grupo apresentador deixou como recomendações para este cenário: o estabelecimento efetivo das relações europeias com a Rússia e a criação de uma política energética comum.

b. Federação Russa: do Cáspio ao Mar Negro

Nesta perspectiva regional consideraram-se em conjunto com a Rússia, outros três atores importantes: Arménia, Azerbaijão e Geórgia. Este é um espaço que ainda tem de lidar com conflitos territoriais e com a escolha de um modelo político que varia entre o russo ou o europeu (democrático).

As perspectivas da Rússia na região podem ser organizadas em três eixos principais: afirmação estratégica, exploração política do abastecimento energético para os Estados da vizinhança e o controlo da expansão da OTAN para a qual este território é importante para o transporte de combustíveis. Mas ainda têm de ser considerados também os interesses de outros atores fortes como o Irão e a Turquia.

Para a região de Médio Oriente e sobretudo para a Europa os desafios são: a resolução de conflitos internos, a promoção da democracia, a diversificação de rotas energéticas e um maior controlo do Cáucaso do norte. Note-se que uma influência determinante da Europa nesta região poderia levar à expansão da OTAN e à uma cooperação energética.

c. Ásia Central

A postura da Rússia para esta região passa pelo controlo do petróleo e do gás bem como pela influência política. Porém, à medida que cresce a relevância deste vasto território, aumentam também os interesses dos Estados Unidos, Europa e China. Neste contexto, os governos da região aproveitam o interesse externo para o seu próprio benefício económico e para a consolidação da sua legitimidade interna.

A Europa e a OTAN devem jogar um papel muito mais estratégico, de maneira que os países da Ásia Central não se aproveitem exageradamente dos interesses estrangeiros, tendo em conta que para conseguir a estabilidade regional se deve chegar primeiro à integração nacional e saber gerir a sucessão de lideranças autoritárias.

d. Ásia Pacífico

Visto que a zona de Ásia Pacífico é muito vasta, o primeiro dilema foi incluir certos países que geograficamente podem não fazer parte desta região, mas que podem ter uma influência importante, como é o caso da Índia. Consideraram-se então os seguintes atores: Rússia, China, Índia, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Austrália, Estados Unidos e a Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN.

Atualmente esta região é caracterizada por ter o maior e o mais rápido crescimento económico do mundo, sendo também considerada a mais dinâmica. Também foi considerado que o fornecimento de armas e energia é o principal papel da Rússia na região, descartando-se assim uma importante influência política.

A maioria dos atores considerados encontram-se em conflito com outros atores, tais como: China – Taiwan, Índia – Paquistão, China – Japão, China – ASEAN, China – Índia, o dilema nuclear das Coreias, etc. Acresce a esta conflitualidade o forte impacto do terrorismo.

Neste momento as relações na região são basicamente comerciais, não políticas; mas de uma possível união, poderia nascer o maior polo do século XXI, onde a OTAN teria uma influência altamente limitada, a Rússia controlaria as rotas marítimas do norte, e o contacto entre a União Europeia e a Ásia Pacífico seria completamente por via terrestre.

Análise Crítica:

A Rússia é e vai continuar a ser uma potência energética, e é esta a sua maior “arma” no contexto geopolítico mundial. A análise das diferentes perspectivas regionais permitiu estabelecer possíveis cenários que apontam para a criação de blocos, mas não deve ser esquecido que dentro destes blocos há diferentes interesses particulares que vão dificultar uma aliança real e estável. Cabe à União Europeia e à OTAN definir estratégias que possam beneficiar todas as partes envolvidas, i.e., procurar uma estabilidade política e económica.

O INTERESSE PORTUGUÊS NA BACIA DO ATLÂNTICO

21 de Fevereiro de 2013

Este seminário teve como objetivo analisar a importância da bacia do Atlântico para Portugal em termos económicos e de segurança, bem como o papel da nação na gestão e proteção deste espaço marítimo, desde um ponto de vista político-estratégico. O seminário foi realizado no IESM em colaboração com a Universidade

Católica Portuguesa e com o CISDI. Para abordar os diferentes pontos, o seminário esteve dividido em três sessões onde se abordaram os seguintes tópicos:

1. O Mar: de Recurso a Instrumento de Afirmação Nacional

Estando Portugal, histórica e geograficamente, ligado ao mar, é normal que o Estado encontre no seu território marinho interesses económicos e perceba a sua obrigação de protegê-lo. A segurança no mar é um dos objetivos fundamentais ao estado e um subsistema da segurança nacional, mas o estado tem entidades muito diversas que cobrem objetivos similares e que precisam de coordenação. É importante considerar a futura valorização do mar através da exploração de recursos e da mobilização da população no litoral. Portugal então deve salvaguardar os seus interesses e enfrentar as novas ameaças no mar, nomeadamente o tráfico de drogas e o terrorismo, entre outros.

Portugal deve se apresentar no mundo como um país marítimo e não como uma economia continental pequena. Para isto é importante para o país afirmar a sua relevância no mar perante os seus aliados e a cooperação internacional sendo esta vital para garantir a segurança no mar.

Enquanto outros países desenvolvem as suas capacidades e o seu papel enquanto importantes atores da economia do mar, Portugal parece estar a ficar para trás neste campo. A economia portuguesa pode aproveitar a sua experiência para entrar com força no mercado do transporte, mas deve considerar dois fatores fundamentais para atrair investimento: escala e competitividade. Por outro lado, tem de estar preparado para aceder às novas fontes de recursos que podem provir do seu espaço marítimo, nomeadamente o petróleo, a energia eólica e recursos minerais.

2. O Mar: Vetor de Poder e de Segurança no Atlântico

O poder naval no Atlântico encontra-se protagonizado por uns poucos atores: no norte, os Estados Unidos mantêm o controlo; no sul, só a Argentina e o Brasil parecem ter os meios para garantir a segurança no seu espaço marítimo; todavia do lado da África, especialmente no Golfo da Guiné, se tem grandes recursos energéticos, mas há um grave problema de pirataria. Portugal e a UE têm uma grande responsabilidade na bacia do Atlântico.

Na União Europeia faltam políticas mas não possibilidades no que respeita à segurança e aproveitamento do mar. Neste momento, a Estratégia de Cooperação e Segurança da UE foca-se nas áreas do transporte, comércio, recursos naturais e pirataria. Portugal, com as suas bases navais e aéreas dos Açores e da Madeira contribui para a prevenção da exploração ilegal de recursos, narcotráfico e pirataria, garantindo uma reação rápida e efetiva em caso de ser necessária uma ação militar. Portanto, na sua área SAR, Portugal está a cumprir com a sua missão de vigilância e

proteção desde o espaço. Porém, tem o país os recursos económicos e a capacidade aeronaval para fazê-lo?

3. *Políticas e Estratégias Marítimas em Portugal e na União Europeia*

As ações que se estão a desenvolver no mar, sejam de segurança ou económicas, vão ter um efeito na pegada do carbono e na mudança do clima. Tendo isto em consideração, Portugal está a desenvolver a *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*, que se centra no desenvolvimento da Energia Azul e a Exploração Sustentável. Nesta estratégia, Portugal deve jogar um papel importante para a sua afirmação como um estado marítimo.

O Estado Português, seguindo o exemplo de países como a Holanda e os países nórdicos, deve estabelecer e fortalecer o seu cluster marítimo, mas considerando a importância do ISA. O país deve estar preparado para a exploração submarina, mas depende de si próprio para criar condições benéficas de exploração, tendo em conta a proteção e conservação da fauna e flora marinas.

Análise Crítica:

Em termos gerais, o seminário foi muito abrangente, cobrindo as áreas mais importantes de influência no Atlântico e os interesses portugueses e europeus na bacia do Atlântico. É evidente que as ações que a UE e os seus parceiros e estados-membros estão a desenvolver neste espaço do oceano vão ter consequências ambientais, geopolíticas e económicas, mas não deveriam ser discutidas as posições de todos os países que rodeiam o Atlântico? A médio e longo prazo, todos estes efeitos vão terminar por se repercutir nos países costeiros, e possivelmente nos continentais.

Por outro lado, a Europa está a desenvolver ações em diversas áreas para fazer frente aos novos desafios económicos, ambientais e de segurança. Com a entrada na UE e na OTAN, o espaço marítimo do qual Portugal passou a ser responsável é muito mais abrangente, mas não se deveria aumentar também a capacidade militar consoante à abrangência do espaço marítimo? E face à crise financeira, estará Portugal em condições de cumprir com a sua missão no futuro?

Neste momento Portugal faz uso de todas as instituições a sua disposição para cumprir com as suas obrigações de proteção e vigilância, mas poderá haver confusão na coordenação e atuação destas instituições?

PARTE II

2. A CTM: AMBIENTE INTERNO

2.1 ENQUADRAMENTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO DAS CTM

No âmbito das relações internacionais, “Portugal rege-se pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e progresso da humanidade.” Ao mesmo tempo, “Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os Países de Língua Portuguesa”¹³.

As relações que Portugal sustém com a CPLP encaixam dentro das relações internacionais pacíficas as quais caracterizam-se pelo seu aspeto quotidiano e amigável, enquadradas num contexto de normalidade nas funções das organizações internacionais e nas atividades inerentes à política externa dos estados envolvidos e outros atores internacionais. Embora pudessem existir elementos conflituosos, eles resolvem-se pacificamente minimizando os aspetos de discordância que pudessem perturbar o estado de normalidade e cordialidade nas relações¹⁴.

Assim, as relações internacionais pacíficas e amigáveis não compreendem só uma condição de reciprocidade na qual os Estados satisfazem mutuamente os seus interesses, desenvolvem-se também com a coordenação dos seus esforços em matéria de desenvolvimento social. “Com efeito, a necessidade de promover o desenvolvimento económico e social e de preservar a paz mundial, e a luta contra a escravatura, o trabalho forçado, as epidemias, o tráfico de estupefacientes, a fome, o analfabetismo, etc., levaram os Estados a desenvolver relações de cooperação e coordenação”¹⁵.

Tendo em conta o anterior, o fator militar tem-se tornado um elemento de afirmação da política externa portuguesa num quadro multilateral; as forças armadas deixaram atrás a imagem clássica de ter só objetivos de combate para se tornarem elementos de apoio ao desenvolvimento da política democrática. Assim, as forças armadas num quadro de cooperação bilateral onde se permita a conciliação e

¹³ Constituição da República Portuguesa, Diário da República I _ Série - A , n.º 173 – 24 de Julho de 2004, n.º 1 e 4 art.7º.

¹⁴ FERNANDES, Antonio José; (2008). As Relações Internacionais e Portugal. Ed. Prefácio. Lisboa. P. 16

¹⁵ *Ibid.* P. 22

definição de objetivos comuns, devem contribuir para o encontro de novas formas de cooperação¹⁶.

Embora Portugal estivesse a desenvolver cooperações bilaterais com países lusófonos há vários anos, em 27 de Julho de 1996 nasceu oficialmente a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, sendo em Lisboa assinado o tratado por sete Estados: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe¹⁷. Alargou-se logo com a entrada do Timor Leste em 2002¹⁸.

A Cooperação Técnico-Militar que Portugal desenvolve exclusivamente com seis dos membros da CPLP teve início em 1978 e foi posteriormente enquadrada no âmbito da CPLP. Num princípio avançou lentamente, por um lado por causa da proximidade da data de independência das antigas colónias portuguesas, o que poderia ferir susceptibilidades políticas e culturais e por outro lado, por não contemplar todas as áreas que poderia abranger, tal como acontece na atualidade¹⁹.

Desde então as relações no âmbito das CTM que têm vindo a ser desenvolvidas com os PALOP e Timor-Leste têm uma grande importância ao permitir a formação de forças armadas apartidárias que “contribuem para a consolidação da Instituição Militar como elemento estruturante do Estado e suporte das instituições democráticas, bem como para a valorização do fator humano de aqueles países”²⁰. Também, como contemplado nas Grandes Opções do CEDN, para a consecução dos interesses nacionais considera-se a diplomacia portuguesa como um elemento essencial para a realização da estratégia na vertente internacional, e as Forças Armadas Portuguesas como um consolidador de Portugal no seu estatuto de produtor de segurança internacional²¹.

As CTM encaixam-se então dentro das *relações pacíficas ou amigáveis* de cooperação e coordenação, quanto os Estados promovem entre si relações de cooperação bilateral, mediante as quais os dois comprometem-se a promover e incrementar a cooperação nos domínios económico, militar, técnico, científico e cultural, ou apenas em um ou alguns destes aspetos²².

Para estes efeitos, com a reorganização da instituição militar do programa do XII Governo Constitucional e na Lei de Bases da Organização das Forças Armadas,

¹⁶ FERNANDES, Antonio José; (2008). As Relações Internacionais e Portugal. Ed. Prefácio. Lisboa. P. 16

¹⁷ MOREIRA, Adriano; (2001). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação. Ed. Almedina. Coimbra. P. 19

¹⁸ <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=160> - 15/03/2013

¹⁹ *Ibid.* 15, p. 225

²⁰ PIRES, Rui; (2010). O Exército como um Vector de Apoio à Política Externa do Estado Português: A Cooperação Técnico-Militar. Em *Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional*. Ed. Prefácio. Lisboa. P. 644

²¹ Grandes Opções do CEDN, 2013. P. 5

²² *Ibid.* 16, p. 24, 27

foram determinadas novas competências ao MDN (Decreto-Lei nº 47/93 de 26 de Fevereiro) onde foi redefinida a missão da DGPDN e a reestruturação do Exército (Decreto-Lei nº 50/93 de 26 de Fevereiro) criando os Órgãos Centrais de Administração e Direção. Assim, foi também constituído com o Decreto Regulamentar nº 42/94 de 02 de Setembro, ao nível de Gabinete do CEME a Seção de Cooperação Militar e Alianças à qual compete estudar, planejar e coordenar as ações de CTM²³.

Dentro do plano de fortalecimento de relações, impõe-se como referência “a Cooperação Técnico-Militar (CTM) pela sua importância enquanto elemento estruturante do relacionamento bilateral entre Portugal e a CPLP (do ponto de vista do interesse português) e enquanto elemento de consolidação institucional do Estado (do ponto de vista do interesse das ex-colónias)”²⁴. Assim, dentro da estratégia internacional do governo, “A cooperação técnico-militar insere-se na política de cooperação levada a cabo pelo Estado Português. Como instrumento da política externa portuguesa, a cooperação técnico-militar visa contribuir para a paz e o desenvolvimento global”²⁵.

Os princípios gerais da cooperação com a CPLP ao nível das CTM, derivam do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)²⁶. Porém, as atividades são dirigidas pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN) em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Cabe logo à Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) a coordenação da CTM e a Direção dos Serviços de Cooperação Técnico-Militar (DSCTM) o seu estudo, planeamento, coordenação e avaliação, sem prejuízo das competências próprias do MNE²⁷. Os recursos destinados ao desenvolvimento dos programas no âmbito da CTM são partilhados entre o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)²⁸, o MDN através da DGPDN e o Exército Português. Este sistema foi regulamentado com o Despacho Nº220/MDN/91 de 26 de Dezembro²⁹. Porém, os recursos podem vir a ser limitados, dada a atual crise financeira que o país enfrenta.

Assim, como definido pelo atual governo nos Objetivos Estratégicos de Defesa Nacional, e em conformidade com a constituição, as Forças Armadas devem “valorizar os projetos de cooperação técnico-militar com os Países de Língua Oficial

²³ CARRAPIÇO NICAU, Manuel; JUNQUEIRA, João; PIRES, Rui; (2009). O Exército nos Trilhos da Cooperação. Ed. Prefácio. Lisboa. P. 23

²⁴ Cooperação Portuguesa Século XXI, Diário da República I _ Série - B, nº 115 – 18 de Maio de 1999, Resolução do Conselho de Ministros nº 43/99. 2.1 A Cooperação Bilateral

²⁵ *Ibid.*

²⁶ Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2003, Diário da República _ I Série - B, N.º 16 – 20 de Janeiro de 2003.

²⁷ DUARTE, Susana Alexandra; (2011). Política de Cooperação Portuguesa, em *Revista Militar Vol. 63, Nº 4. Abril*. P. 541

²⁸ *Ibid.* P. 547

²⁹ Despacho Nº220/MDN/91 de 26 de Dezembro. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal

Portuguesa”³⁰; e em conformidade com os preceitos constitucionais, concretiza-se a capacidade das Forças Armadas “para realizar acordos bilaterais e multilaterais na área da defesa e desenvolver ações de cooperação militar e técnico-militar” ³¹. Atualmente as Grandes Opções do CEDN reiteram como tarefa fundamental para a consolidação das relações externas de defesa, “alargar as relações bilaterais e multilaterais de segurança e defesa com os Estados membros da CPLP, em particular nos domínios da Cooperação Técnico-Militar e da reforma do setor da segurança” ³².

As atividades e projetos das CTM que são desenvolvidas tanto nos PALOP como em Portugal, vem de solicitações apresentadas pelas autoridades de cada um dos países envolvidos, e estão manifestadas nos Programas-Quadro onde contemplam-se objetivos, ações a ser desenvolvidas, duração e custos. Estes são avaliados e aprovados periodicamente em Comissões Mistas Permanentes de Cooperação. É importante ressaltar que as CTM ultrapassam o contexto estritamente militar, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social, para a estabilidade política e para a segurança interna e externa dos Estados envolvidos, mantendo sempre o respeito pela soberania e autonomia política e militar de cada um dos países com os que desenvolve a cooperação. Nestes termos, “a CTM, no esforço para preservar a paz e promover o desenvolvimento, é um exemplo da importância das Forças Armadas” ³³.

Visto que é necessário para Portugal reforçar a sua capacidade de atuação no mundo, as CTM são um elemento relevante no relacionamento com os PALOP e Timor-Leste, para a afirmação do interesse nacional no ambiente internacional, os quais estão diretamente relacionados aos objetivos manifestados no Programa de Governo e o CEDN.

2.2 OBJETIVOS DA CTM PORTUGUESA

Com o início da CTM no começo da década dos 90, Portugal desenvolveu acordos particulares com os países da CPLP (exceto o Brasil), segundo as necessidades de cada um. Estes objetivos estão contemplados nos Programas-Quadro (ver Anexo 3: Programas-Quadro) de cooperação bilateral, onde também estão definidos os diferentes projetos da CTM nos que Portugal vai estar envolvido.

Com a definição dos diferentes objetivos da CTM, Portugal procura contribuir para diversas áreas do desenvolvimento de cada um dos membros da CPLP com quem

³⁰ Programa do XIX Governo Constitucional, 2009-2013, Parágrafo da Defesa Nacional.

³¹ Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Diário da República. Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003. 8. Missões e Capacidades das Forças Armadas

³² Grandes Opções do CEDN, 2013. P. 28

³³ DUARTE, Susana Alexandra; (2011). Política de Cooperação Portuguesa, em *Revista Militar Vol. 63, Nº 4. Abril*. P. 538

sustem este tipo de cooperação. Desta maneira garante a soberania de cada um dos estados, procurando que forças de segurança melhor formadas e capacitadas possam garantir uma maior estabilidade econômica e social.

Assim, Portugal faz uso da sua experiência militar internacional com outras organizações como a OTAN, a UE e a ONU, e a sua capacidade e conhecimento nas áreas das telecomunicações e tecnologia para dar suporte aos seus parceiros da CPLP.

Foram então definidos Objetivos Permanentes, Políticos e Estratégicos para a Cooperação Técnico-Militar/CTM Portuguesa, os quais, conforme expresso pela DGPDN, são³⁴:

- Contribuir para a afirmação da presença de Portugal no mundo, através da atuação das Forças Armadas Portuguesas como instrumento da Política Externa do Estado;
- Contribuir para o estreitamento da Cooperação no Mundo Lusófono em geral e da CPLP em especial;
- Reforçar os laços culturais, históricos e econômicos com os PALOP e Timor-Leste;
- Fomentar o uso da língua portuguesa e projetar a visão humanista da lusofonia;
- Contribuir para a segurança e estabilidade interna dos PALOP e de Timor-Leste através da formação das Forças Armadas apartidárias, subordinadas ao poder político e totalmente inseridas no quadro próprio de regimes democráticos;
- Fomentar a indispensabilidade da instituição militar na consolidação da unidade e identidade nacionais;
- Apoiar a organização, a formação e o funcionamento específicos das Forças Armadas de cada país;
- Contribuir, através da via militar, para o desenvolvimento económico-social e cultural dos PALOP e Timor-Leste;
- Apoiar, através da consolidação da formação de unidades militares e serviços de apoio, o emprego das Forças Armadas dos PALOP em Operações de Apoio à Paz, Humanitárias ou de Gestão de Crises, sob a égide da ONU ou de Organizações Regionais de Segurança e Defesa.

Por tanto, e como é mencionado no capítulo anterior, à Direção de Serviços de Cooperação Técnico-Militar (DSCTM), unidade orgânica da DGPDN, compete³⁵:

- Coordenar a cooperação técnico-militar com os países da África Subsaariana e com Timor-Leste, designadamente participando nos órgãos, estruturas ou comissões previstos em acordos de cooperação técnico-militar e preparando e negociando os programas quadro celebrados com os países de língua oficial portuguesa no quadro daquela cooperação;

³⁴ DIREÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN. Portugal e a Defesa Nacional – 1999. Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 1999. P. 140

³⁵ Portaria nº 1277/2009, Diário da República, 1.ª série — N.º 202 — 19 de Outubro de 2009. Artigo 4º

- Acompanhar e avaliar a execução dos projetos de cooperação técnica-militar, garantindo a oportunidade e a eficácia dos mesmos, em estreita ligação com as Forças Armadas e sem prejuízo da respectiva autonomia de execução técnica;
- Coordenar, em matéria de cooperação técnico-militar, a ação dos adidos de defesa nos países da África subsaariana e em Timor-Leste, de acordo com as orientações gerais superiormente definidas;
- Preparar a proposta de orçamento anual da cooperação técnico-militar, proceder à respectiva gestão e garantir a sua correta execução;
- Elaborar o programa anual de formação em Portugal, em articulação com os estabelecimentos de ensino superior público militar, com os estabelecimentos militares de ensino, com o Instituto de Defesa Nacional e com o Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.;
- Elaborar estudos e análises prospetivas sobre o desenvolvimento do setor da paz e segurança na África Subsaariana e em Timor-Leste, acompanhando as políticas e as ações das organizações internacionais e dos parceiros bilaterais;
- Orientar e coordenar a participação do MDN na componente de defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Propor medidas e ações de desenvolvimento do Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA).

Em 1997, considerada a dinâmica que veio a ter a execução da CTM, durante a realização em Maputo da I Reunião de Ministros da Defesa dos seis países lusófonos (com o Brasil como observador), foram discutidos e analisados os diferentes aspetos da CTM, esta vez num quadro multilateral de cooperação baseados no conceito de globalização.³⁶ O conceito de globalização e a evolução do ambiente internacional, implicam uma nova política de cooperação com a CPLP no contexto da CTM, sem, contudo, chocar com os objetivos bilaterais e as atividades que já tem vindo a ser desenvolvidas. Esta nova política estará assentada na eficácia, eficiência e economia adaptadas ao contexto de cada um dos países, de maneira a pôr as capacidades de cada um ao serviço de todos. Tirando proveito dos resultados alcançados, foram definidas as seguintes áreas prioritárias a desenvolver num contexto multilateral³⁷:

- Formação e treino local de unidades militares para a intervenção e apoio em missões humanitárias e de paz;
- Apoio à recuperação de infraestrutura e criação de centros fabris militares que permitam desenvolver a mão-de-obra local especializada e atenuar a dependência de outros países;

³⁶ MOREIRA, Adriano; (2001). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação. Ed. Almedina. Coimbra. P. 231

³⁷ PIRES, Rui; (2010). O Exército como um Vector de Apoio à Política Externa do Estado Português: A Cooperação Técnico-Militar. Em *Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional*. Ed. Prefácio. Lisboa. P. 657

- Apoio a criação de centros de instrução e formação militar, onde é dada continuidade as atividades anteriormente desenvolvidas. Consideram-se o intercâmbio de estudantes e professores para a adoção de uma doutrina comum dos países envolvidos e o estreitamento de relações de amizade;
- Apoio à realização de conferências e seminários onde se fomenta o conceito da importância das instituições militares como elementos estruturantes do Estado e da Nação.

Contudo, os objetivos são influenciados por diferentes fatores que podem afetar o seu desempenho. Um exemplo é o baixo aproveitamento dos benefícios da cooperação na área formativa por Cabo Verde e São Tomé e Príncipe comparados com os seus demais parceiros (ver Gráfico 1, pág. 29), com a pouca quantidade de formandos treinados no âmbito da CTM³⁸ ou o baixo aproveitamento dos mesmos depois de terminado o seu ciclo dentro da CTM. As causas podem ser diversas e podem variar desde dificuldades financeiras, baixa população e dimensão do território, até falta de interesse por parte do país recetor da cooperação.

Num ambiente multilateral, e baseado no Programa do XVII Governo Constitucional e no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, foi apresentado pelos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros o Programa de Apoio as Missões de Paz na África (PAMPA), com o objetivo de aproveitar a experiência de Portugal e do MDN na UE e na OTAN, como pela relação com mantém com os PALOP e o Timor-Leste através da CTM, para trabalhar em quatro eixos de ação focados na Segurança e Desenvolvimento da África³⁹:

- 1º Capacitação Institucional no âmbito da Segurança e Defesa
- 2º Formação de militares dos Países Africanos
- 3º Cooperação com organizações regionais e sub-regionais africanas
- 4º Mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das organizações de segurança e defesa (em particular OTAN e UE)

As particularidades de cada eixo serão analisadas posteriormente. Contudo, a realização destes objetivos depende em parte do nível e capacidade organizativa em cada um dos países que em alguns casos pode não ser a melhor, registando falhas de comunicação e confusões nas hierarquias⁴⁰.

³⁸ SEÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME; (2012). Relatório de Atividades de CTM – 2011. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. Lisboa. P 71

³⁹ MINISTERIO DA DEFESA NACIONAL; (2006). Programa de Apoio as Missões de Paz na África. P. 2

⁴⁰ Informação disponibilizada amavelmente pelo Tenente-Coronel Rui Pires, Escola Prática de Infantaria. 21/08/2013

3. A CTM: AMBIENTE EXTERNO

Tirando partido da experiência das Forças Armadas Portuguesas em missões com outras organizações internacionais das que Portugal faz parte, como a UE, ONU e a OTAN (o exército tem realizado mais de 60 missões de operações de paz, envolvendo cerca de 20000 militares, em diferentes países e continentes⁴¹), e tendo em conta a necessidade dos países africanos de estabilizar e consolidar governos democráticos e de promover a segurança na região, Portugal começou a desenvolver a Cooperação Técnico-Militar, depois alargada ao Timor-Leste.

A CTM tem então enfrentado os diversos desafios que propõe uma região em desenvolvimento, como a instabilidade política e os interesses de países com maior poder económico que Portugal, enquanto tenta lidar com as consequências da crise financeira nacional e Europeia e a instabilidade política⁴² no seu próprio território. Portanto, o trabalho que deve ser feito, requer um grande compromisso dos atores envolvidos na cooperação para alcançar os objetivos definidos em cada um dos PQ.

3.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E ATORES

Como mencionado anteriormente, Portugal expressa nos seus programas de governo e de cooperação o seu desejo de reforçar as suas boas relações históricas de amizade e cooperação com os países lusófonos em quatro continentes. É assim que dos membros da CPLP, Portugal mantém CTM num quadro bilateral com seis dos membros: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Uma vez que a maioria dos membros da CPLP se encontra em África (Imagem 1, pág. 23) e que a CTM começou e teve um período de desenvolvimento maior com os PALOP (com o Timor-Leste a entrar só em 2002), os maiores programas de cooperação na área militar com a CPLP são desenvolvidos na África Subsaariana.

⁴¹ CARRAPIÇO NICAU, Manuel; JUNQUEIRA, João; PIRES, Rui; (2009). O Exército nos Trilhos da Cooperação. Ed. Prefácio. Lisboa. P. 9

⁴² PACHECO, Carlos; (2012). Avaliação das Consequências da Instabilidade Política e Económica na Imagem Externa de Portugal. Universidade Nova de Lisboa. P. 6, 7



Imagem 1: Em verde, países membros da CPLP. Com bandeira, países que têm CTM com Portugal (Elaboração própria)

República de Angola

Localizada no sudoeste africano, Angola deu oficialmente início à Cooperação Técnico-Militar com Portugal em 1994, com a assinatura do primeiro programa-quadro específico, embora já se estivessem a realizar atividades deste tipo desde 1978. Nesta altura, Portugal baseava os seus projetos de CTM no apoio à criação e modernização de infraestruturas, à reorganização das forças armadas, à criação de órgãos logísticos, academias e centros de instrução, e ao intercâmbio no campo da saúde, para logo se focarem na valorização dos recursos humanos e no desenvolvimento e reconstrução nacional.

Em Angola, a CTM tem-se traduzido no apoio organizativo e pedagógico à criação da Academia e do Colégio Militar, à reestruturação da Escola de Aviação do Lobito e na formação de quadros em Portugal⁴³. Nos seus primeiros anos a CTM em Angola sofreu atrasos por causa do prolongado conflito interno e ao prolongado envolvimento das forças militares angolanas no exterior. Contudo, Angola é o estado que com grande diferença em relação a todos os outros, teve maior número de formandos, também consequência natural da sua maior população⁴⁴.

⁴³ INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO; (2011). Cooperação Portuguesa – Uma Leitura dos Últimos Quinze Anos de Cooperação para o Desenvolvimento 1996-2010. IPAD. P. 256

⁴⁴ MOREIRA, Adriano; (2001). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação. Ed. Almedina. Coimbra. P. 230

O ultimo Programa-Quadro de CTM assinado corresponde a 2011-2014, e centra-se em⁴⁵:

- Apoio à Estrutura Superior de Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas;
- Apoio à Escola Superior de Guerra;
- Apoio à Direção do Serviço de Saúde das FAA;
- Apoio à Direção de Forças Especiais;
- Apoio ao Centro de Instrução de Operações de Paz;
- Apoio ao Estado Maior do Exercito
- Apoio à Academia Militar do Exercito;
- Apoio à Marinha de Guerra Angolana;
- Apoio à Força Aérea Nacional Angolana;
- Formação em Portugal e apoio à formação em Angola.

República de Cabo Verde

País insular no oeste da África, Cabo Verde encontra-se a 640 km da costa continental africana de Senegal. Foi o primeiro país em assinar um Acordo de Cooperação no Domínio Técnico-Militar, em 13 de Junho de 1988⁴⁶.

O principal objetivo da CTM com Cabo Verde ao longo da história desta cooperação, tem sido a formação de Forças Armadas apartidárias como fator estruturante do Estado e a nação, subordinadas ao poder político e democrático, e contribuindo para a segurança e estabilidade interna do país. As formações efetuadas em Cabo Verde tem tido incidência principalmente na área da organização logística das FA e no apoio à formação de estruturas militares; em Portugal, tem-se focado na formação na Academia Militar e na Escola Naval. Nos últimos anos a colaboração bilateral tem passado a incluir a fiscalização de espaços marítimos⁴⁷.

No esforço por encontrar novas formas de cooperação, estão a desenvolverem-se projetos de economia ligada à defesa, especificamente na construção e reparação naval, bem como na formação⁴⁸.

O Programa-Quadro de CTM 2012-2014 contempla os seguintes objetivos⁴⁹:

- Apoiar a Estrutura Superior das FACV
- Apoiar a organização e funcionamento da Escola Militar

⁴⁵ Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Portugal – Angola. 2011-2014

⁴⁶ MOREIRA, Adriano; (2001). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação. Ed. Almedina. Coimbra. P. 226

⁴⁷ INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO; (2011). Cooperação Portuguesa – Uma Leitura dos Últimos Quinze Anos de Cooperação para o Desenvolvimento 1996-2010. IPAD. P. 289

⁴⁸ http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=2114 25/03/2013

⁴⁹ Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Portugal – Cabo Verde. 2012-2014

- Apoiar a organização e criação de unidades de Polícia Militar
- Apoiar a consolidação da estrutura organizacional, formativa e operativa da Guarda Costeira
- Apoiar a consolidação da estrutura organizacional, formativa e operativa dos Fuzileiros Navais
- Apoiar o Centro de Instrução Militar Conjunto do Morro Branco
- Formação em Portugal

República da Guiné-Bissau

Este país localiza-se na África ocidental. Iniciou a sua CTM com Portugal com a assinatura do acordo em 5 de Março de 1989⁵⁰.

Os programas-quadro desdobram-se em subprojectos que abrangem a reestruturação das Forças Armadas e Marinha Nacional e a operacionalização dos meios navais, refletido nas operações no domínio das pescas; a reestruturação do Serviço de Transmissões Militares, especialmente na conceção, instalação, operação e manutenção de redes; e a formação de quadros em Portugal. Tem-se desenvolvido atividades nas que se incluem o fornecimento de materiais para o apoio à organização superior das forças armadas e de defesa, assessorias e fornecimento de material para o serviço de transmissões militares; assessoria para a organização da marinha nacional e o sistema de instrução militar dos três ramos das forças armadas; e a organização da unidade de engenharia militar e construção⁵¹.

A Guiné-Bissau atualmente sofre de uma grave instabilidade política e social. Depois de conseguir a independência de Portugal, o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração social dos antigos combatentes nunca foi concluído, o que tem dificultado a governação e criação de segurança e bem-estar nas populações, tornando o país num alvo do crime organizado e numa rota de tráfico de drogas entre a América do Sul e a Europa⁵².

Devido ao golpe de estado ocorrido em 12 de Abril de 2012, Portugal suspendeu o seu programa de CTM bem como outros tipos de cooperação com a Guiné-Bissau até ser restaurada de novo a ordem constitucional⁵³.

⁵⁰ MARCHUETA, Maria Regina; FONTES, José; (2001). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Fundamentos Político-Diplomáticos. Ed. Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente. Lisboa. P. 276

⁵¹ INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO; (2011). Cooperação Portuguesa – Uma Leitura dos Últimos Quinze Anos de Cooperação para o Desenvolvimento 1996-2010. IPAD. P. 323

⁵² RODRIGUES, Carlos Manuel; (2012). IDN Cadernos: Contributo para uma “Estratégia Abrangente” de Gestão de Crises. Nº 8. IDN. P. 65

⁵³ Informação disponibilizada amavelmente pelo Comandante Alonso Lindo, Assessor Militar da DSCTM. 17/12/2012

República de Moçambique

Localizado na costa do sudeste africano, Moçambique conseguiu a independência em 1975 e assinou o seu primeiro acordo de CTM com Portugal em 1988⁵⁴. Desde o início os esforços tem-se focado no apoio à organização e elaboração do suporte jurídico da Defesa Nacional e das Forças Armadas, à Organização Superior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, e a formação de quadros, quer em Moçambique, quer em Portugal ao nível das Academias Militares e Escolas de Especialização bem como unidades de Forças Especiais para a participação em operações de paz. Nos anos sucessivos, tem-se estado a desenvolver projetos como o apoio a Centros de Instrução Militar para a atuação em missões em tempo de paz, a organização do sistema de fiscalização de Águas Territoriais e da Marinha de Guerra de Moçambique, e o apoio técnico à Polícia Militar⁵⁵.

O atual Programa-Quadro de CTM decorre para o triênio 2010-2013, e apresenta os seguintes objetivos⁵⁶:

- Apoio à Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas
- Apoio à Estrutura Superior da Marinha de Guerra
- Apoio à Academia Militar Marechal Samora Machel
- Apoio à Polícia Militar
- Apoio ao Centro de Formação de Forças Especiais
- Apoio ao Grupo de Escolas de Formação da Marinha de Guerra
- Apoio ao Centro de Formação e Batalhão de Fuzileiros Navais
- Apoio à Escola de Sargentos das Forças Armadas de Moçambique
- Apoio ao desenvolvimento das comunicações militares
- Apoio à criação do Instituto de Estudos Superiores Militares
- Apoio à Engenharia do Exército
- Apoio à organização da Força Aérea de Moçambique
- Formação em Portugal

República de Democrática de São Tomé e Príncipe

O pequeno estado insular de São Tomé e Príncipe encontra-se no Golfo da Guiné, no oeste da África, e conta com menos de 200 mil habitantes. Assinou o seu acordo de CTM com Portugal em 21 de dezembro de 1988, e o atual Programa-Quadro decorre desde 2010 até 2013⁵⁷.

⁵⁴ MOREIRA, Adriano; (2001). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação. Ed. Almedina. Coimbra. P. 226

⁵⁵ INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO; (2011). Cooperação Portuguesa – Uma Leitura dos Últimos Quinze Anos de Cooperação para o Desenvolvimento 1996-2010. IPAD. P. 360

⁵⁶ Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Portugal – Moçambique. 2010-2013

⁵⁷ *Idem.* 54, p. 226

Destacam-se a cooperação nas missões de transporte geral de evacuações sanitárias entre as ilhas do Príncipe e de São Tomé, realizadas por um destacamento da Força Aérea Portuguesa. A formação militar, a capacitação institucional e de quadros são outras áreas constantes de intervenção⁵⁸.

O atual programa-quadro de cooperação define os seguintes objetivos⁵⁹:

- Apoio à Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe
- Apoio ao Centro de Instrução Militar (CIM) na formação de Oficiais, Sargentos e Praças e treinos de unidades para operações conjuntas de interesse público, ajuda humanitária, gestão de crises e apoio à paz
- Desenvolver e aplicar em benefício das infraestruturas militares as capacidades de intervenção do Pelotão de Engenharia Militar de Construções do Exército de São Tomé e Príncipe
- Apoio à Guarda Costeira Santomense e ao Serviço de Apoio à Navegação

República Democrática de Timor-Leste

Um das nações mais jovens do mundo depois do fim da ocupação indonésia em 2002, o Timor-Leste é o único país da Ásia com o Português como língua oficial. A CTM com Portugal iniciou só em 2006⁶⁰. Esta cooperação tem consistido principalmente na participação de Portugal na reorganização das Forças Armadas de Timor-Leste.

No Programa-Quadro 2011-2013, definem-se os seguintes objetivos⁶¹:

- Apoio à estrutura superior da defesa e das F-FDTL
- Apoio à Casa Militar do Presidente da República
- Apoio à componente naval das F-FDTL
- Apoio ao Centro de Instrução Militar de METINARO
- Apoio à componente terrestre das F-FDTL
- Apoio ao desenvolvimento da Engenharia Militar de Construção
- Formação em Portugal

⁵⁸ INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO; (2011). Cooperação Portuguesa – Uma Leitura dos Últimos Quinze Anos de Cooperação para o Desenvolvimento 1996-2010. IPAD. P. 394

⁵⁹ Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Portugal – São Tomé e Príncipe. 2010-2013

⁶⁰ http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2008/0/4/Guine-Bissau-Portugal-Programa-Quadro-cooperacao-Tecnico-Militar,1cdcdb95-3fd3-4f0c-b4b0-40ed5919bd30.html
28/03/2013

⁶¹ Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Portugal – Timor-Leste. 2011-2013

	Angola	Cabo Verde	Moçambique	S. Tome e Príncipe	Timor-Leste
Apoio às Academias e Escolas Militares e Centros de Instrução Militar	X	x	x	x	x
Apoio à Casa Militar do Presidente da República					x
Apoio à Criação do Instituto de Estudos Superiores Militares			x		
Apoio à Direção e Formação de Forças Especiais	x		x		
Apoio à Engenharia e Telecomunicações			x	x	x
Apoio às Escolas e Atividades de Formação de Forças Navais	x	x	x		
Apoio à Estrutura Superior de Defesa Nacional e Forças Armadas	x	x	x	x	x
Apoio à Força Aérea	x		x		
Apoio à Organização e Criação de Estruturas e Unidades de Defesa		x			
Apoio à Polícia Militar			x		
Apoio ao Centro de Instrução de Operações de Paz	x			x	
Apoio ao Estado-Maior do Exército	x				
Apoio aos Serviços de Saúde das Forças Armadas	x				
Apoio às Estruturas Militares Navais (Marinha de Guerra, Guarda Costeira, Fuzileiros Navais)	x	x	x	x	x
Formação em Portugal	x	x	x	x	x

Tabela 1: Atividades e áreas de intervenção dos Programas-Quadro de Cooperação Técnico-Militar atuais (2013)

3.2 ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO

As áreas nas quais a Cooperação no domínio Técnico-Militar é desenvolvida são diversas e podem diferir em cada um dos países tendo em conta as suas necessidades.

Como se pode observar na Tabela 1 (pág. 28), os países com os quais Portugal desenvolve mais atividades no âmbito da CTM são Angola e Moçambique. Como foi exposto anteriormente, estes foram os países onde esta cooperação iniciou mais cedo, oficial e não oficialmente.

Atualmente, as atividades dos vários projetos contemplados nos PQ de cooperação são desenvolvidas a modo de satisfazer as principais necessidades das Forças Armadas em cada um dos países. As áreas de intervenção consideradas de carácter global podem ser divididas em quatro grandes grupos:

1. Formação Profissional

A formação profissional é a vertente principal da CTM e dos PQ. É desenvolvida em todos os países e estão incluídos nesta área o apoio e suporte pedagógico à formação e treino de pessoal e de unidades militares nas Academias e Escolas Militares e Centros de Instrução Militar, o apoio conceptual ao funcionamento destas instituições de formação e outras áreas da instituição onde for considerado preciso suporte, tais como: bibliotecas, direção técnico-pedagógica, etc. Também inclui o Apoio à Direção e Criação de Forças Especiais e Centros de Instrução de Operações de Paz.

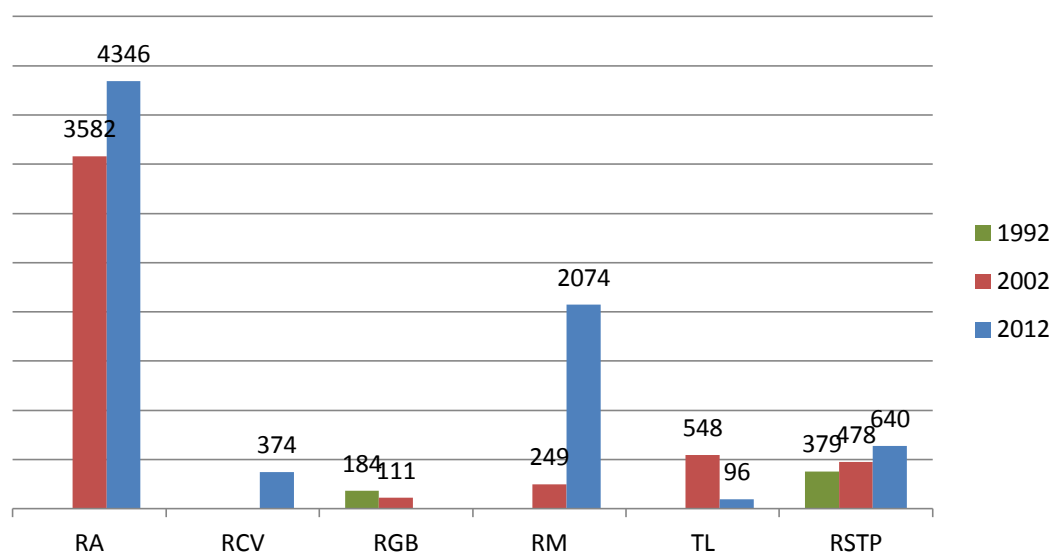


Gráfico 1: Número de militares formados nos PALOP e Timor-Leste de 1992 até 2012⁶²

⁶² SEÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME; (2013). Relatório de Atividades de CTM – 2012. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. Lisboa. P. 73

O objetivo da formação profissional, a qual é desenvolvida no próprio país e cobre os três ramos das FA (Marinha, Exército e Força Aérea), é proporcionar aos militares os conhecimentos técnicos e científicos para potenciar assim as capacidades humanas das forças armadas⁶³.

O Gráfico 1 (pág. 29) mostra o crescimento das formações nos PALOP e Timor-Leste numa comparação de 20 anos de cooperação. Em 1992 a CTM estava nos seus inícios, pelo que muitos países ainda não tinham assinado acordos deste tipo. Posteriormente, quase todos os países demonstram um desenvolvimento positivo, a exceção da Guiné-Bissau pela crise política já mencionada e por Timor-Leste, que se explica por ser 2002 o ano da independência do país e quando foi mais urgente a formação das suas forças armadas.

2. Prestação de Serviços

Esta área abrange diversos aspetos da cooperação. As missões técnico-militares que se deslocam a pedido a qualquer dos países da CPLP, prestam apoio técnico ao estudo e planeamento, à revitalização ou modernização de infraestruturas e a implementação de projetos. A prestação de serviços por parte do Exército engloba também a assistência sanitária tanto às entidades militares como outras que não possuam as valências médicas necessárias⁶⁴. Um dos exemplos foi o Programa de Apoio Fisiátrico a Crianças Angolanas Amputadas Vitimas da Guerra (AFICRA) pelo qual foram intervindas 46 crianças angolanas no Hospital Militar Regional nº2 – Coimbra, Portugal.

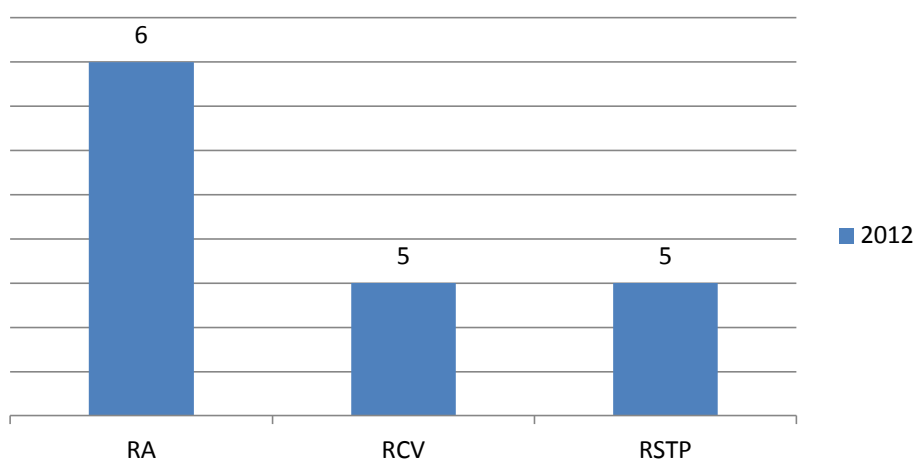


Gráfico 2: Assistência Hospitalar em 2012 por país⁶⁵

⁶³ GONÇALVES ARANHA; (1994). Cooperação Técnico-Militar, uma das Vertentes Externas da Política de Defesa Nacional. Em *Nação e Defesa*, ano XIX – Nº 72. Outubro e Dezembro. P. 28

⁶⁴ PIRES, Rui; (2010). O Exército como um Vector de Apoio à Política Externa do Estado Português: A Cooperação Técnico-Militar. Em *Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional*. Ed. Prefácio. Lisboa. P. 656, 657

⁶⁵ SEÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME; (2013). Relatório de Atividades de CTM – 2012. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. Lisboa. P. 76

O número de pessoas dos PALOP que receberam assistência hospitalar em 2012 no âmbito da CTM, mostram-se no Gráfico 2 (pág. 30). Por ser este tipo de intervenção de carácter humanitário, todos os custos estão incluídos no orçamento da DGPDN para a CTM⁶⁶.

Em outras ações, o estudo, planeamento e assessoria técnica à sua vez abrangem diversas áreas como a Organização Superior da Defesa Nacional e das FA, legislação militar, engenharia e comunicações, serviços de saúde militar, ajudas visuais à navegação, cartografia, hidrografia, informática, etc.⁶⁷.

3. Fornecimento de Material

A cedência ou fornecimento de material, consoante as suas características e as disponibilidades dos ramos das Forças Armadas Portuguesas, pode revestir as seguintes formas:⁶⁸

- a. Cedência gratuita;
- b. Venda por valor integral;
- c. Venda por valor parcial;
- d. Empréstimo.

Nomeadamente, o material fornecido inclui material didático (computadores, livros, etc.), viaturas, geradores, material de transmissões, fardamento e material sanitário. O material não tem de ser necessariamente novo, desde que ainda esteja operacional. Grande parte deste já não se encontra em uso pelas Forças Armadas Portuguesas recebendo, contudo, manutenção em caso de necessidade.⁶⁹ O transporte é responsabilidade do país recetor ou da DGPDN.

4. Formação em Portugal

A formação em Portugal constitui-se como uma das componentes nucleares é um instrumento privilegiado de intervenção no âmbito da Cooperação Técnico-Militar com a CPLP o qual, além dos seus objetivos primários, contribui fortemente para a preservação e difusão do uso da língua portuguesa e para o estreitamento dos laços culturais⁷⁰.

⁶⁶ SEÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME; (2013). Relatório de Atividades de CTM – 2012. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. Lisboa. P. 76

⁶⁷ DUARTE, Susana Alexandra; (2011). Política de Cooperação Portuguesa. Em *Revista Militar* Vol. 63, Nº 4. Abril. P. 544

⁶⁸ GONÇALVES ARANHA; (1994). Cooperação Técnico-Militar, uma das Vertentes Externas da Política de Defesa Nacional. Em *Nação e Defesa*, ano XIX – Nº 72. Outubro e Dezembro. P. 28

⁶⁹ PIRES, Rui; (2010). O Exército como um Vector de Apoio à Política Externa do Estado Português: A Cooperação Técnico-Militar. Em *Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional*. Ed. Prefácio. Lisboa. P. 655

⁷⁰ *Ibid*. P. 649

Atualmente são ministrados cursos superiores de acordo com a disponibilidade apresentada pelo Exército em conjugação com as necessidades apresentadas pelas FA dos PALOP e Timor-Leste; seguindo a ordem de prioridade:

- Cursos de Formação de Oficiais nas Escolas Superiores Militares;
- Cursos de Estado-Maior e Promoção a Oficial Superior no IESM;
- Cursos/estágios de qualificação específica;
- Formação do Ensino secundário

Os militares de qualquer dos países da CPLP que recebem formação em Portugal frequentam em igualdade de condições os mesmos cursos que os militares portugueses, todas as especialidades e categorias estão também à disposição dos estudantes/militares estrangeiros⁷¹ e são dadas condições de permanência (instalação, alojamento e repouso) e fornecimento de material didático igual que é facultado aos alunos nacionais.

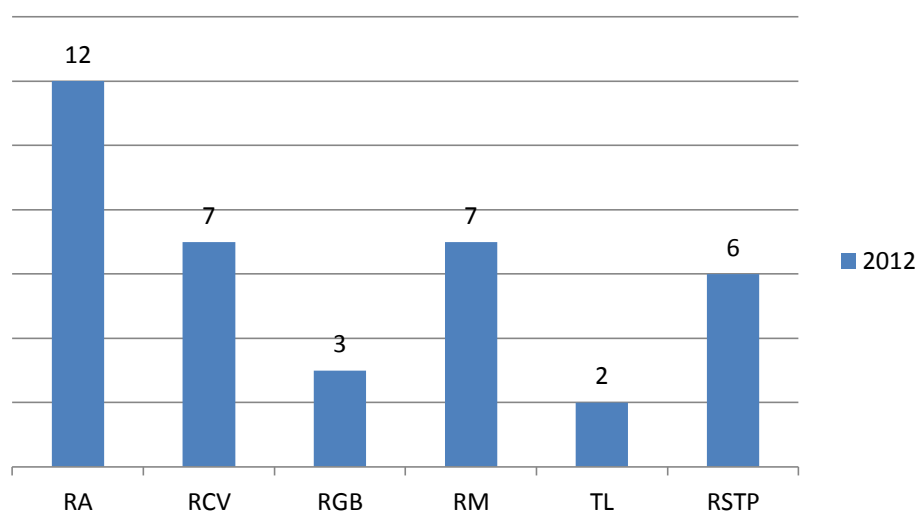


Gráfico 3: Número de Militares da CPLP formados em Portugal em 2012⁷²

As diversas áreas de ação da CTM variam como já foi dito consoante as necessidades de cada um dos países e os objetivos dos PQ. A Tabela 1 resume numa matriz de comparação projeto/país, as diferentes atividades contempladas nos atuais Programas Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a CPLP.

⁷¹ DUARTE, Susana Alexandra; (2011). Política de Cooperação Portuguesa. Em Revista Militar Vol. 63, Nº 4. Abril. P. 545

⁷² SEÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME; (2013). Relatório de Atividades de CTM – 2012. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. Lisboa. P. 74

3.3 A CTM NUM QUADRO MULTILATERAL

Tendo como base os objetivos estratégicos da cooperação multilateral, é que em 03 de Abril de 2006 é apresentado o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA) pelos Ministros de Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, como uma reorientação estratégica da CTM.

Os eixos em torno aos quais o PAMPA é desenvolvido tem diversas particularidades⁷³:

No 1º Eixo, é ministrada capacitação institucional nas que são dadas as ferramentas essenciais para a Segurança Humana e o Desenvolvimento. No processo de desenvolvimento de políticas e ações que reforcem essas capacidades, Portugal está também recetivo à participação em ações trilaterais que incidam no quadro da formação, como o programa francês ReCAMP.

O 2º Eixo define a formação de militares dos PALOP que continua a ser uma componente nuclear do programa, e que é desenvolvida no quadro da CTM. Para o aproveitamento das capacidades já criadas pela CTM, procuram-se desenvolver “Centros de Excelência” para a formação de formadores que possam logo trabalhar naqueles centros. O IESM ministra um curso de Apoio às Missões de Paz em África para quadros intermédios das FA dos PALOP que depois pode ser estendido a outros países africanos.

No que respeita ao 3º Eixo, Portugal capacita aos PALOP em matéria de conceitos, princípios e doutrinas para áreas das Operações de Manutenção da Paz de participação em Organizações regionais e Sub-regionais como a União Africana, a SADC, a CEDEAO e a CPLP.

No 4º Eixo, Portugal intervém para serem desenvolvidas, políticas, estratégias e capacidades próprias dos países africanos para garantirem a segurança em África, com particular proximidade à UE e a OTAN.

Exercícios “FELINO”

Os exercícios da série “FELINO” insere-se na série de exercícios conjuntos desenvolvidos no âmbito da CTM de Portugal com a CPLP. Este tem o objetivo de permitir a interoperabilidade das FA dos estados membros e o seu treino para a participação em Operações de paz e da defesa dos direitos humanos sob a égide da ONU⁷⁴.

Estes exercícios nasceram depois de ser reconhecida na 1ª Reunião de Ministros da Defesa da CPLP em 20 e 21 de Julho de 1998 a necessidade de realizar exercícios

⁷³ CARRAPIÇO NICAU, Manuel; JUNQUEIRA, João; PIRES, Rui; (2009). O Exército nos Trilhos da Cooperação. Ed. Prefácio. Lisboa. P. 168-171

⁷⁴ <http://defesanacionalpt.blogspot.pt/2011/03/exercicio-felino-2011.html> 03/09/2013

combinados e conjuntos com vista a preparar e treinar unidades para a participação em Operações de Paz e Humanitárias. Portugal apresentou então o anteprojeto que foi analisado na 2ª Reunião em Abril de 2000. O projeto, aprovado mais tarde na III Reunião Ministerial em que teve lugar em Luanda em 22 e 23 de Maio de 2000, era composto por um programa de exercícios realizados anualmente nos territórios da CPLP denominados pelo nome FELINO⁷⁵.

Os primeiros exercícios foram realizados em Portugal nos anos 2000 e 2001 com a participação de militares de Portugal, dos PALOP e do Brasil como observador.

Os últimos exercícios foram realizados em Moçambique, em 2011⁷⁶ e em Angola em 2012⁷⁷.

⁷⁵ CARRAPIÇO NICAU, Manuel; JUNQUEIRA, João; PIRES, Rui; (2009). O Exército nos Trilhos da Cooperação. Ed. Prefácio. Lisboa. P. 172

⁷⁶ SEÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME; (2012). Relatório de Atividades de CTM – 2011. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. Lisboa. P. 61

⁷⁷ SEÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME; (2013). Relatório de Atividades de CTM – 2012. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. Lisboa. P. 70

4. ANALISE TOWS DAS CTM PORTUGUESAS

Como mencionado anteriormente, a CTM com a CPLP abrangem diversas áreas no ambiente bilateral das relações de Portugal com cada um dos seus parceiros lusófonos. Embora estes projetos sejam desenvolvidos em exclusividade e com Programas-Quadro singulares, uma análise geral dos pontos negativos e positivos torna-se possível ao considerar os aspectos mais relevantes do próprio programa de Cooperação Técnico-Militar Português num contexto político/estratégico-operacional.

O modelo de análise escolhido para este fim é a Matriz TOWS (Tabela 2, pág. 36). Esta análise é proposta como um estudo sistemático que facilita a identificação de ameaças, oportunidades, vulnerabilidades e potencialidades do programa de Cooperação Técnico-Militar⁷⁸ baseados nos capítulos anteriores onde são expostos os ambientes internos e externos. Esta comparação permitirá posteriormente complementar o seguinte capítulo sobre o *futuro da CTM* fazendo um cruzamento de cada variável da matriz (ameaças, oportunidades, vulnerabilidades e potencialidades) com cada uma das três restantes na procura de ideias para tirar vantagem de oportunidades e potencialidades para atenuar ameaças e vulnerabilidades.

Análise TOWS: Ameaças e Oportunidades Externas; Vulnerabilidades e Potencialidades Internas.

Ameaças Externas

A instabilidade política da África é um dos principais fatores que tem afetado o processo de desenvolvimento do continente e que mantém muitos países num constante conflito armado. É o caso da Guiné-Bissau onde o golpe de estado levado a cabo por militares guineenses em 2012 provocou a rejeição da ação por parte das organizações internacionais que exigiram a restauração da ordem constitucional, e obrigou Portugal cessar os programas de cooperação até ser regularizada a situação política⁷⁹.

De igual maneira, a instabilidade política em Portugal provocada pela corrupção, tem vindo a afetar a sua imagem no mundo e pode pôr em causa a credibilidade do Estado Português como apoio à estabilização social e política na África. Esta instabilidade está possivelmente ligada também à crise económica que atravessa a Europa; o fato de Portugal ter de reencaminhar os recursos que recebe da União Europeia para cobrir as suas despesas

⁷⁸ WEIHRICH, Heinz; (1982). The TOWS Matrix – A Tool for Situational Analysis. Long Range Planning, University of San Francisco. Pág. 9

⁷⁹ <http://www.instituto-camoes.pt/guine-bissau/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/guine-bissau>

e dívidas, pode reduzir o orçamento destinado aos programas de cooperação, incluindo a CTM⁸⁰.

Por outro lado, a crescente importância da África como fonte de recursos chama a atenção de países com maior capacidade financeira como os Estados Unidos, a China, a Rússia, Austrália e o Brasil. Já foram feitas algumas tentativas por parte de alguns destes países para participar na cooperação através de Portugal, porém o Estado Português as tem recusado pela sua própria política de respeito à soberania e autonomia política das suas ex-colónias⁸¹.

MATRIZ TOWS	POTENCIALIDADES INTERNAS <ul style="list-style-type: none"> • Longa experiência de Portugal na CTM com países da CPLP; • Infraestrutura e tecnologia; • Formação ministrada em Portugal, idêntica para soldados portugueses e estrangeiros; • Respeito pela soberania e autonomia política e militar das ex-colónias. • A própria Língua Portuguesa 	VULNERABILIDADES INTERNAS <ul style="list-style-type: none"> • Limitação de orçamento e muita dependência dos mesmos; • Falta de um interesse mais ativo de alguns dos países participantes; • Falta de coordenação interna nos países participantes; • Falta de respeito à hierarquia; • Desvalorização dos formandos após o fim do ciclo.
OPORTUNIDADES EXTERNAS <ul style="list-style-type: none"> • Boas relações de Portugal com a África e as suas ex-colónias; • Experiência das Forças Armadas Portuguesas em organizações internacionais como a OTAN, UE e ONU; • Necessidade dos países de estabilizar e consolidar um governo democrático. • Desenvolvimento da segurança regional africana. 	OP <ul style="list-style-type: none"> • Treino e formação de tropas para a participação em missões de paz e garantia do respeito ao próprio governo democrático; • Promoção do respeito à igualdade humana no que respeita aos direitos humanos; • Aproximação dos governos africanos a projetos de estabilização política. 	OV <ul style="list-style-type: none"> • Partilha de recursos e criação de um orçamento comum para a CTM na CPLP; • Criação de programas e missões internacionais conjuntas nos que participem só quadros formados na CTM; • Atividades e/ou simulações de missões internacionais para diretivas e comandantes dos exércitos.
AMEAÇAS EXTERNAS <ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade política na África; • Crise económica portuguesa; • Instabilidade política em Portugal; • Crise económica na Europa; • Interesses na África de países que têm mais capacidade financeira que Portugal. 	AP <ul style="list-style-type: none"> • Formar quadros portugueses no território dos PALOP ou do Timor-Leste; • Tirar proveito das parcerias que os PALOP e o Timor tiverem com outros países mais ricos. 	AV <ul style="list-style-type: none"> • Incluir na CTM a formação em áreas que contribuam ao desenvolvimento económico; • À maneira de aprender dos seus erros, Portugal pode orientar aos governos da CPLP de aquilo que tem aprendido da sua própria crise; • Aproveitamento dos formandos estrangeiros por parte de Portugal.

Tabela 2: Matriz de Análise TOWS da CTM Portuguesa com a CPLP

⁸⁰ Informação disponibilizada amavelmente pelo Tenente-Coronel Rui Pires, Escola Prática de Infantaria.

21/08/2013

⁸¹ *Ibid.*

Oportunidades Externas

As boas relações históricas de Portugal com os países africanos e a sua experiência em missões militares internacionais com outras organizações como a ONU e a OTAN, são alguma das principais razões pelas quais os acordos de cooperação no âmbito militar, técnico-militar e não só, têm sido bem recebidos pelos PALOP e Timor-Leste.

Atualmente a África torna-se mais importante cada dia no cenário mundial, porém para aproveitar as novas oportunidades que lhe são apresentadas ao nível do desenvolvimento económico, torna-se necessária a estabilização do poder político e da segurança no seu território. É nestas áreas nas que Portugal tem-se esforçado com a cooperação militar e técnico-militar bilateral, que procuram fortalecer as estruturas democráticas dos estados africanos nos que participa e dar apoio às missões de paz.

Vulnerabilidades Internas

A crise financeira em Portugal tem obrigado o país a pôr limitações no orçamento nacional que tem de ser destinado naturalmente em primeiro lugar a cobrir as despesas e dívidas do Estado. A redução do orçamento para a CTM pode afetar o desenvolvimento das atividades do programa, tais como a quantidade de formandos da CPLP que recebem treino em Portugal ou o número de colaboradores enviados aos países participantes.

Portugal tem apresentado a CTM como uma maneira de garantir a afirmação do estado democrático nas suas ex-colónias. Porém, algumas das maiores vulnerabilidades da cooperação estão presentes propriamente na maneira como esta é recebida e gerida nos países recetores. Evidencia-se alguma falta de interesse e não parecem dar a importância devida ao programa, porquanto não procuram encher as vagas de envio de quadros para formação em Portugal ou nas dificuldades na destinação dos recursos necessários para o desenvolvimento das atividades. Também evidencia-se uma falta de organização e coordenação interna, que leva algumas vezes à falta de respeito aos níveis hierárquicos de comunicação⁸².

Por último, as diretivas militares de alguns dos países participantes parecem carecer de uma visão estratégica para o aproveitamento dos formandos, quando vários deles abandonam os quadros do exército pouco depois de ter recebido formação no âmbito da CTM tanto em Portugal como no próprio país⁸³.

Potencialidades Internas

Os programas de Cooperação Técnico-Militar que Portugal vem a desenvolver com os PALOP desde a década dos 80 até hoje, tem dado uma grande experiência às Forças

⁸² Informação disponibilizada amavelmente pelo Major Renato Afonso Gonçalves de Assis, Responsável pela Cooperação Técnico-Militar, Estado-Maior do Exército. 27/08/2013

⁸³ Informação disponibilizada amavelmente pelo Tenente-Coronel Rui Pires, Escola Prática de Infantaria. 21/08/2013

Armadas e ao Estado Português nesta área, e são elas um exemplo das boas relações que o país mantém com as suas ex-colónias. Tendo em conta essa experiência, foi que em 2002 o programa de CTM foi estendido ao Timor-Leste.

Este programa conta como uma das suas componentes principais a formação de quadros da CPLP em Portugal, os quais recebem exatamente a mesma formação e treino dos soldados portugueses. O Exército Português orgulha-se da infraestrutura e tecnologia com a que conta e apresenta-se disposto a partilhá-los com os seus parceiros lusófonos.

Assim, Portugal põe ao serviço dos países participantes na CTM o seu conhecimento e experiência, tanto em território estrangeiro como no seu próprio; no entanto enquadra sempre o seu plano de formação e partilha às necessidades e desejos do país recetor que conserva sempre a sua soberania e autonomia militar e política.

5. FUTURO DA CTM PORTUGUESA: QUE OPÇÕES?

A Cooperação no domínio Técnico-Militar demonstra ser uma ferramenta eficaz da diplomacia e a política externa portuguesa para manter as relações de cordialidade e cooperação com a Comunidade de países lusófonos. No entanto, será Portugal capaz de manter e melhorar a qualidade da CTM com os PALOP e o Timor-Leste quando no seu próprio território apenas consegue lidar com a crise financeira e a instabilidade política que tem golpeado o país nos últimos anos?

Felizmente, Portugal continua com a sua vontade de estreitar os laços com as suas ex-colónias e a cooperação mantém-se no meio da difícil situação do país, mas se calhar algumas medidas devem ser tomadas com vista na continuação dos esforços conjuntos com a CPLP na área técnico-militar.

No anterior análise TOWS (Tabela 2, pág. 36), do *cruzamento de ameaças, oportunidades, vulnerabilidades e potencialidades*, surgem ideais que poderiam vir a beneficiar o desenvolvimento da CTM no longo prazo. É importante dizer que algumas destas “ideias” já são postas em prática, mas são incluídas para fazer um análise global desde um ponto de vista externo à cooperação e a própria área militar.

OP: Oportunidades VS. Potencialidades

A experiência de Portugal em missões de paz com outras organizações internacionais, assim como a sua longa experiência na CTM, não só pode levar à estruturação das forças armadas para a defesa de um Estado democrático, mas, sem afetar a sua política de respeito à autonomia e soberania, pode também servir como intermediário para promover a defesa dos direitos humanos e da igualdade no continente africano, onde a violência por diferenças políticas, religiosas e sociais são uma constante.

Por outro lado, o treino de tropas para a segurança da nação não fará muito sentido se não houver um verdadeiro estado democrático para ser defendido. Neste âmbito, podem ser desenvolvidos projetos multilaterais de estabilização política (não necessariamente inseridos na CTM, mas promovidos como um complemento indispensável ao programa) que no contexto da CPLP, revise casos sucesso da África e outros continentes, com a participação de outros organismos, tanto do Estado Português como dos demais membros.

AP: Ameaças VS. Potencialidades

À maneira de tirar vantagem das potencialidades para atenuar as ameaças, Portugal pode implementar na CTM a formação de militares portugueses no território dos PALOP e Timor-Leste. O programa de formação de quadros estrangeiros em Portugal tem tido sucesso e no futuro o programa poderia estar preparado para formar tropas portuguesas e

estrangeiras, com o mesmo conteúdo e estratégias, num princípio em território africano e por períodos curtos de tempo. Isto poderia não só beneficiar as relações e a aproximação das culturas, mas também, incluso num quadro multilateral, pode beneficiar as parcerias militares entre a África e a Europa através de Portugal.

A CTM em cada um dos países pode também ver-se beneficiada pelas parcerias que o próprio país tem com outras nações mais ricas e outras organizações internacionais, já que muitas delas estão presentes na África e no Timor-Leste. Como exemplo, no processo de estabelecimento do estado de Timor-Leste, Portugal tirou proveito da infraestrutura e tecnologia médica da ONU durante a formação das tropas timorenses⁸⁴. Isto pode ajudar a reduzir as despesas da cooperação e criar um ambiente de cordialidade entre os diferentes atores externos presentes no país.

OP: Oportunidades VS. Vulnerabilidades

Diferente de outras cooperações técnico-militares, a CTM portuguesa caracteriza-se pelo seu baixo orçamento e por este ser compartilhado com o país recetor. Assim, num quadro multilateral, a CPLP pode criar um orçamento exclusivo para a CTM destinando recursos físicos e financeiros, podendo estes ser geridos pela direção da CPLP da altura para beneficio do trabalho de Portugal na cooperação. O papel de Portugal na gestão destes recursos e da própria CPLP é de grande importância, sendo que os membros da organização podem aprender através dos erros que têm levado Portugal à crise atual, podendo assim criar laços de colaboração económica mais fortes.

A participação em missões de paz como o PAMPA, só de tropas formadas na CTM, é uma boa estratégia que por um lado, demonstra que Portugal acredita no seu programa de formação, e por outro ajuda a garantir a permanência dos formandos nas forças armadas dos seus países e posteriormente a partilha da sua experiência na formação de novas tropas. Nestas missões, os comandos dos exércitos podem ter um rol mais ativo na organização sob observação de atores portugueses, focados em garantir a ordem e respeito das hierarquias e do fluxo da informação.

AF: Ameaças VS. Vulnerabilidades

Seguindo o exemplo da economia ligada à área militar em Cabo Verde com a construção e reparação naval, podem ser desenvolvidos projetos de implementação de ideias de negócio ligadas à área militar, especialmente para pequenos países como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

No meio da crise que atravessa o Estado Português, a Europa e o mundo, estabelecer parcerias com economias emergentes é uma prioridade, e a aproximação às economias africanas pode ser a melhor maneira para Portugal fazer-se participante desta nova

⁸⁴ Informação disponibilizada amavelmente pelo Tenente-Coronel Rui Pires, Escola Prática de Infantaria.
21/08/2013

oportunidade de crescimento. A CTM, assim como outros tipos de cooperação estratégica inseridos na política externa portuguesa, tem mantido o país perto das suas ex-colónias; com estes laços de amizade, podem ser criados projetos de desenvolvimento económico mútuo, aproveitando a posição estratégica de Portugal na Europa e aproveitando a quantidade e variedade de recursos dos países africanos.

Por último, os militares formados pela CTM podem não só ser aproveitados nos seus países de origem. Como uma forma de Portugal mostrar que acreditar no seu programa técnico-militar, alguns destes militares podem ser usados na formação de quadros em qualquer dos países participantes da CTM na CPLP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. BALANÇO DO ESTÁGIO

O estágio desenvolvido no IESM no âmbito do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais iniciou no mês de Novembro de 2012. As primeiras aproximações e reuniões no IESM estiveram focadas nas apresentações formais dos orientadores, na definição de objetivos e discussões sobre o plano de trabalho e nas atividades que iam ser realizadas. Estas atividades foram caracterizadas pela assistência às diferentes conferências e seminários relacionados à situação geopolítica mundial, o papel das Forças Armadas na política externa de Portugal e a evolução dos blocos mundiais de cooperação. A Primeira destas foi o seminário sobre *Os Grandes desafios Estratégicos para Portugal*, onde começou a ser desenvolvida a análise e redação de relatórios, um trabalho que seria contínuo para todas as conferências.

A assistência e estes eventos permitiram alcançar um importante ponto de comparação e consolidação dos conhecimentos adquiridos durante o ano de estudos académicos do Mestrado, principalmente nas áreas da Segurança, Defesa e Cooperação Militar Internacional, sendo estimulado pela disponibilidade e suporte científico dos orientadores do Instituto. As conferências permitiram confrontar e contextualizar os conhecimentos teóricos adquiridos previamente em relação a cooperação internacional militar.

Ressalta dos eventos o alto nível das conferências as quais contavam com a participação e intervenção de convidados de renome de diversas instituições, não só da área militar nacional e internacional, mas também da área académica. Também é importante reconhecer o carácter aberto e cordial do IESM que, apesar de ser uma instituição militar, com normas específicas de apresentação social e estritos regramentos internos, mostrou-se sempre flexível, tolerante e pronta para dar suporte, embora fosse um estagiário não relacionado à área militar.

Todavia, apesar das atividades serem interessantes e estimulantes a nível intelectual, pode ser melhorado o envolvimento do estagiário nas atividades práticas e logísticas do Instituto ou na preparação das conferências. Isto, junto à assistência aos seminários, proporcionaria ao estagiário não só bases teóricas do contexto de trabalho da instituição e das Forças Armadas, mas também dotá-lo-ia de habilidades práticas que podem ser úteis para o seu futuro profissional, mesmo em áreas não relacionadas com a investigação. Também deveria de ser considerada a quantidade de conferências programadas para o ano. Nos meses de trabalho os eventos no IESM são constantes, porém, há períodos em que não há atividades deste tipo e o estagiário poderia ser aproveitado para outras tarefas.

Por outro lado, é evidente a boa relação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com o IESM, mas foi pouco visível o envolvimento das duas instituições nas atividades e conferências realizadas. Uma maior participação da Faculdade nos seminários e eventos do Instituto, não só poderia trazer enriquecimento acadêmico, como os estagiários poderiam também estar envolvidos na realização dos projetos entre o IESM e a FCSH no âmbito do seu estágio.

2. A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

Com mais de 30 anos de experiência no seu desenvolvimento, a Cooperação Técnico-Militar tem-se tornado não só numa ferramenta do Estado Português no apoio aos PALOP e Timor-Leste para garantir a consolidação das forças armadas como elemento estrutural do governo democrático destes países, mas também como uma área ativa da diplomacia e da política externa de Portugal. Em concordância com a sua relevância, o Governo Português tem contemplado claramente na legislação nacional e planos de cooperação externa a necessidade de manter viva a CTM como um vetor primordial no apoio à Política externa do país. Assim, e a pesar de não ser amplamente conhecido, o exército tem sustentado com o seu trabalho na Cooperação um dos pilares da Política Externa Portuguesa, a favor da estabilidade, segurança e desenvolvimento dos PALOP e Timor-Leste.

Ao nível estrutural da própria CTM, parece existir uma correta sintonia entre os atores que a fazem possível (MNE, MDN, DGPDN, IPAD e diversos ramos das FA) e as áreas mais importantes a ser desenvolvidas num conceito globalizante da CTM, que garante a operacionalização dos objetivos da cooperação, inseridos numa componente de segurança e defesa, definidos num plano bilateral entre Portugal e cada um dos participantes da CPLP. Num quadro multilateral de cooperação, é no PAMPA que foi materializado o trabalho que já vinha a ser desenvolvido pela CTM.

Assim, programas de Cooperação na área Técnico-Militar têm aproximado Portugal às suas ex-colónias, dando apoio na formação de quadros, partilha de armamento, serviços médicos e estruturação das forças militares, adaptando-as á realidade socioeconômica da região e as suas necessidades internas. Mas pode ser a CTM considerada uma “cooperação”? O termo pode estar mal utilizado sendo que o apoio que Portugal presta aos PALOP e o Timor-Leste no âmbito das CTM não produz maiores benefícios económicos para o Estado Português. Porém, o programa de CTM tem ganho respeito e admiração como um símbolo do interesse de Portugal no desenvolvimento dos países lusófonos e da sua consolidação como nações democráticas que apoiam o desenvolvimento comum e contribuem à paz nas suas regiões. Por outro lado, é evidente considerar que os programas de cooperação para o desenvolvimento, incluindo a CTM, respondem a interesses não explícitos de Portugal em matéria de parcerias econômicas e, num ambiente global com a

intervenção de outros países de Europa e dos Estados Unidos, aumentar a influencia militar da OTAN na região.

Todavia, o panorama não é fácil. Ambos os lados participantes da CTM, Portugal e os PALOP com Timor-Leste, tem as suas próprias potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças:

Portugal conta com uma grande experiência na área militar e de cooperação internacional, capacidade tecnológica e apoio da UE, mas enfrenta uma dura crise financeira, frente à qual estão a tremer as suas estruturas políticas. A língua portuguesa tem aberto as portas ao país em África, Brasil e Timor-Leste enquanto estes países procuram o seu desenvolvimento a nível social, económico e militar. No entanto Portugal não conta com os recursos financeiros para dar a mesma ajuda que outros países mais ricos podem oferecer.

Do lado dos PALOP e Timor-Leste, o superavit de recursos e a sua potencialidade económica atraem o investimento estrangeiro e a ajuda ao desenvolvimento, mas é fortemente afetado pela violência, o terrorismo, e outros problemas sociais. O seu potencial de desenvolvimento é a sua melhor oportunidade de entrada nos mercados internacionais para o crescimento económico; porém a instabilidade política e de segurança da região africana gera receio nos investidores estrangeiros.

Todas as características mencionadas devem ser encaradas mantendo como objetivo o desenvolvimento comum. Neste contexto, Portugal deve apresentar a Cooperação Técnico-Militar aos países africanos de expressão portuguesa e a Timor-Leste como o seu contributo decisivo para alcançar a paz e a segurança interna e externa, requisitos essenciais para um desenvolvimento sustentável.

Finalmente, a CTM deve ser reconhecida como uma das áreas da cooperação na que Portugal tem se vindo a destacar internacionalmente, e pode ser um dos programas que a CPLP pode apresentar perante o mundo como um símbolo do seu trabalho em busca da paz, da sua unidade e da vontade de desenvolvimento comum dos países lusófonos.

“A Cooperação Técnico-Militar deve assim ser encarada como um desígnio nacional, atividade dignificante para Portugal e para os Portugueses, que fará aumentar o seu prestígio internacional, a capacidade negocial, além de reforçar a sua projeção externa.”

Luís Manuel Brás Bernardino⁸⁵

⁸⁵ BRÁS BERNARDINO, Luis Manuel. Estratégias de Intervenção em África: Uma Década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Ed. Prefácio. Lisboa, 2008

BIBLIOGRAFIA

Livros

BRÁS BERNARDINO, Luís Manuel. Estratégias de Intervenção em África: Uma Década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Ed. Prefácio. Lisboa, 2008

CARRAPIÇO NICAU, Manuel; JUNQUEIRA, João; PIRES, Rui. O Exército nos Trilhos da Cooperação. Ed. Prefácio. Lisboa, 2009

FERNANDES, António José. As Relações Internacionais e Portugal. Ed. Prefácio. Lisboa, 2008

IESM. Boletim. Formação Investigação Doutrina. Nº7. Lisboa, 2010

LOPES, António Figueiredo; TEIXEIRA, Nuno Severiano; VIANA, Vitor Rodrigues. Contributos para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Atena Nº 28. Ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Instituto da Defesa Nacional. Lisboa, 2012

MOREIRA, Adriano. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação. Ed. Almedina. Coimbra, 2001

Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional. Ed. Prefácio. Lisboa, 2010

MARCHUETA, Maria Regina; FONTES, José. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Fundamentos Político-Diplomáticos. Ed. Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente. Lisboa, 2001

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Ed. Gravida. Paris, 1995

Legislação e Outros Documentos Oficiais

Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Diário da República. Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003. 8. Missões e Capacidades das Forças Armadas

Constituição da República Portuguesa, Diário da República I _ Série - A , nº 173 – 24 de Julho de 2004

Cooperação Portuguesa Século XXI, Diário da República I _ Série - B, nº 115 – 18 de Maio de 1999,

DECRETO-LEI nº 47/93 D.R. I-A Série. 48 (1993-02-26) 801-807

DECRETO-LEI nº 50/93 D.R. I-A Série. 48 (1993-02-26) 822-827

DECRETO Regulamentar nº 42/94 D.R. I-B Série. 203 (94-09-02) 5156

Despacho Nº220/MDN/91 de 26 de Dezembro. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal

Grandes Opções do CEDN, 2013

IESM. Plano Estratégico PEIESM 2012/14. Lisboa, 2012

Programa do XIX Governo Constitucional, 2009-2013, Parágrafo da Defesa Nacional

Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Portugal – Angola. 2011-2014

Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Portugal – Cabo Verde. 2012-2014

Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Portugal – Moçambique. 2010-2013

Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Portugal – São Tomé e Príncipe. 2010-2013

Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Portugal – Timor-Leste. 2011-2013

SEÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME. Relatório de Atividades de CTM – 2011. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. Lisboa, 2012

SEÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME. Relatório de Atividades de CTM – 2012. Acessível na Repartição de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. Lisboa, 2013

Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa. Diário da República I _ Série - B , n.º 244 – 22 de Dezembro de 2005

Relatórios e Dissertações

INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO. Cooperação Portuguesa – Uma Leitura dos Últimos Quinze Anos de Cooperação para o Desenvolvimento 1996-2010. IPAD, 2011

PACHECO, Carlos. Avaliação das Consequências da Instabilidade Política e Económica na Imagem Externa de Portugal. Universidade Nova de Lisboa, 2012

RODRIGUES, Carlos Manuel. IDN Cadernos: Contributo para uma “Estratégia Abrangente” de Gestão de Crises. Nº 8. IDN, 2012

Artigos

DUARTE, Susana Alexandra. Política de Cooperação Portuguesa. Em Revista Militar Vol. 63, Nº 4. Abril 2011

GONÇALVES ARANHA. Cooperação Técnico-Militar, uma das Vertentes Externas da Política de Defesa Nacional. Em Nação e Defesa, ano XIX – Nº 72. Outubro e Dezembro de 1994

WEIHRICH, Heinz. The TOWS Matrix – A Tool for Situational Analysis. Long Range Planning, University of San Francisco.

Sites

<http://defesanacionalpt.blogspot.pt/>

<http://ns1.ipad.mne.gov.pt/>

<http://www.cplp.org/>

<http://www.fcsh.unl.pt/>

<http://www.iesm.mdn.gov.pt/>

<http://www.instituto-camoes.pt/>

<http://www.portugal.gov.pt/>

<http://www.portalangop.co.ao/>

<http://www.rtc.cv/>

ANEXOS

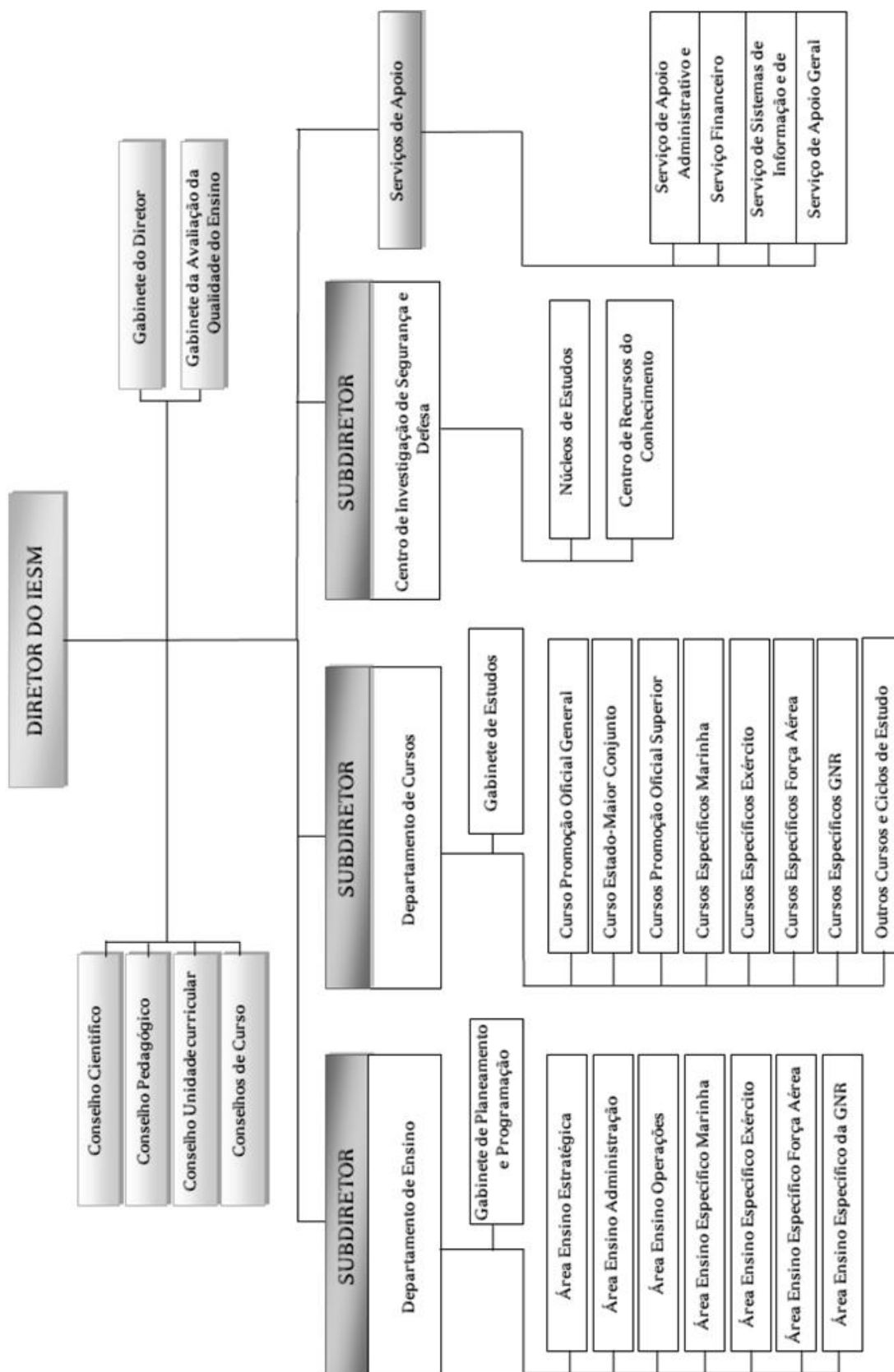
I. Organograma do IESM

II. Folhetos de Apresentação das Conferências do Estágio

III. Programas-Quadro de CTM com os PALOP e o Timor-Leste

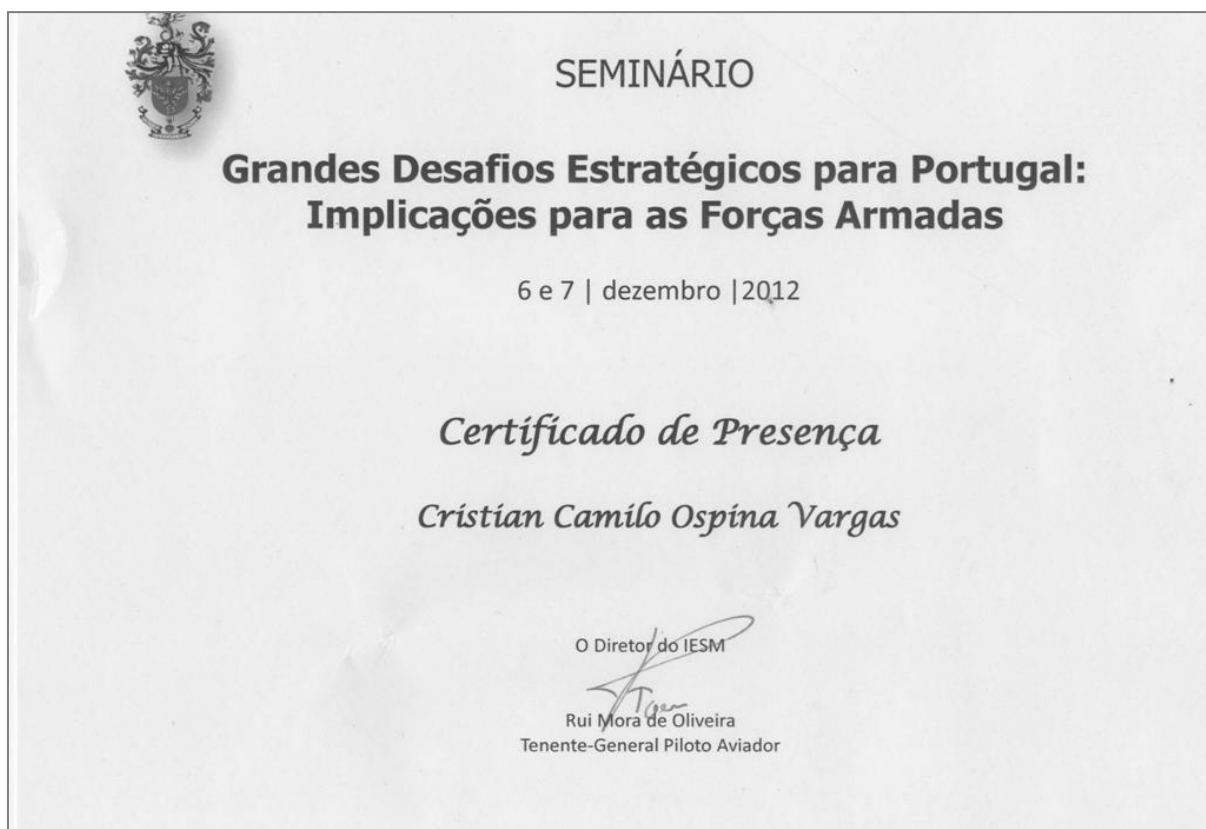
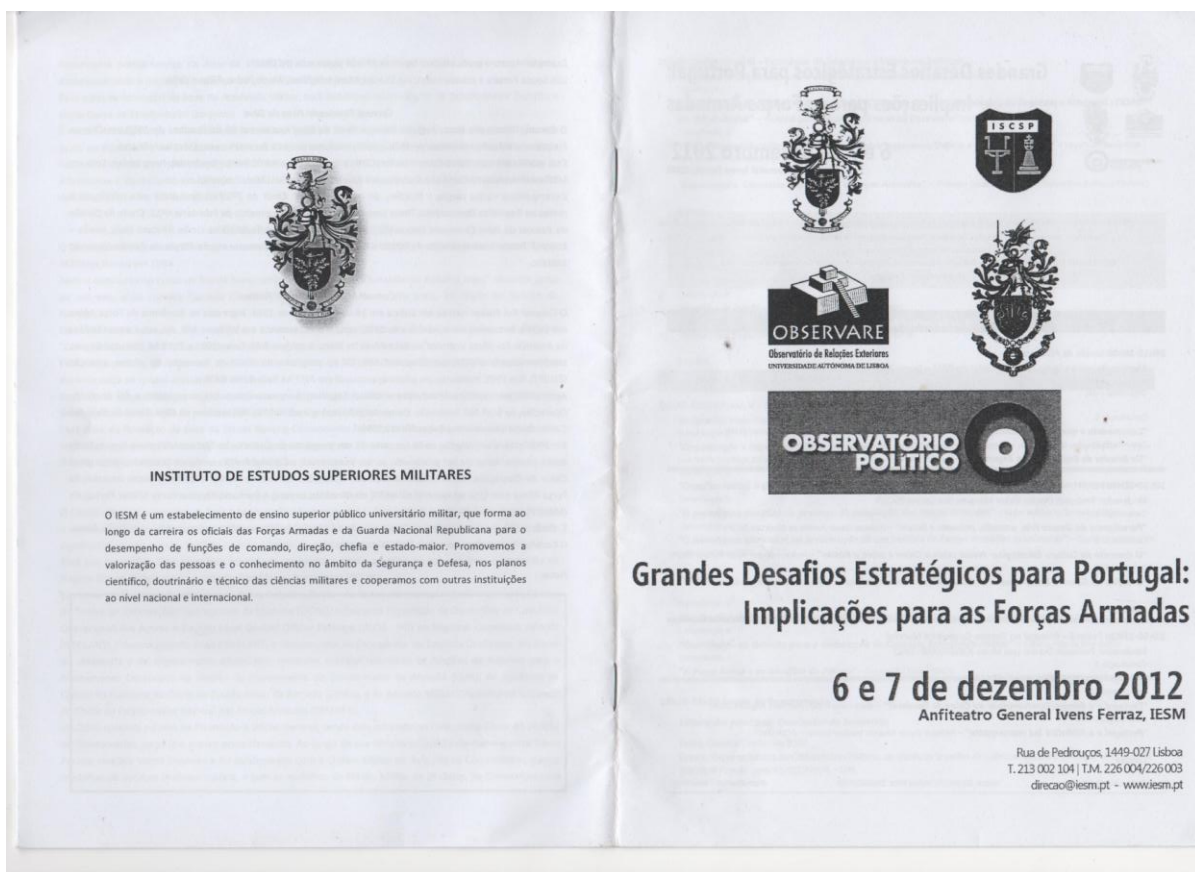
ANEXO I

Organograma do IESM



ANEXO II

Folhetos de Apresentação das Conferências do Estágio





Membro Honorário da Ordem
do Infante D. Henrique
Instituição de Utilidade Pública

50º ANIVERSÁRIO DA FORMAÇÃO DAS TROPAS COMANDOS



SEMINÁRIO INTERNACIONAL
O PAPEL DAS FORÇAS ESPECIAIS NAS FORÇAS
ARMADAS DOS PAÍSES DA CPLP



19 e 20 de Dezembro de 2012

Instituto de Estudos Superiores Militares

Rua de Pedrouços 1449-027 LISBOA



CPLP



Programa e Inscrições—Associação de Comandos

assoc.cmds@mail.telepac.pt

213570050 / 213538373

213570051

ANEXO III

Programas-Quadro de CTM com os PALOP e Timor-Leste


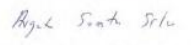
Nº DO PROJ	DESIGNAÇÃO	OBJECTIVO GLOBAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
1	Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas (ESDNFAA)	Apoio à Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas	- Apoio técnico às Direcções, Órgãos e Serviços do MINDEN e do EMGFAA. - Apoio técnico na área do Planeamento e Organização das Forças Armadas Angolanas (FAA). - Apoio técnico nas áreas da Cooperação Militar não inscritas no Programa-Quadro.
2	Escola Superior de Guerra (ESG)	Apoio à Escola Superior de Guerra	- Apoio à organização e ao funcionamento da ESG. - Apoio técnico e pedagógico aos Cursos da ESG. - Apoio técnico ao desenvolvimento do Centro de Simulação de Operações Militares. - Apoio técnico ao desenvolvimento da Biblioteca.
3	Direcção do Serviço de Saúde das FAA (DSS/FAA)	Apoio à Direcção do Serviço de Saúde das FAA	- Apoio Conceptual, organizativo, técnico e de prevenção em diversos domínios da área de saúde. - Apoio à capacidade laboratorial no Controlo de Qualidade de Produtos Químicos e Farmacêuticos. - Apoio no Diagnóstico e Prevenção de Grandes Endemias. - Formação de Especialistas no Diagnóstico Laboratorial e Prevenção no uso de medidas de combate ao Bio-terrorismo e medidas de Bio-segurança.
4	Direcção de Forças Especiais (DFE)	Apoio à Direcção de Forças Especiais	- Apoio técnico à Direcção de Forças Especiais. - Apoio ao aperfeiçoamento e consolidação da Brigada de Forças Especiais e das suas Componentes. - Apoio técnico às acções de Formação de Formadores e das especialidades da Brigada de Forças Especiais. - Apoio técnico à qualificação da Brigada de Forças Especiais com capacidade para salto em paraquedas e respectivo apoio logístico (infra-estruturas de instrução e de manutenção e lançamento de cargas).
5	Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOP)	Apoio ao Centro de Instrução de Operações de Paz	- Apoio à organização e ao funcionamento do Centro de Instrução de Operações de Paz. - Apoio à formação de Quadros na área das Operações de Paz e Humanitárias. - Apoio técnico às acções de Formação de Formadores. - Apoio técnico na produção de material de instrução para os diversos cursos ministrados no CIOP.

Pág 2 de 4 Págs

6	Estado-Maior do Exército (EME)	Apoio ao Estado-Maior do Exército	- Apoio técnico ao Comando e ao Estado-Maior do Exército. - Apoio à organização e Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino do Exército. - Apoio técnico à Engenharia do Exército no âmbito da: • Formação de Especialistas na recuperação de infra-estruturas; • Recuperação das infra-estruturas militares.
7	Academia Militar do Exército (AMEX)	Apoio à Academia Militar do Exército	- Apoio conceptual ao funcionamento da Academia Militar do Exército. - Apoio científico, técnico e pedagógico aos Cursos a ministrar na Academia Militar do Exército. - Apoio ao funcionamento da Biblioteca.
8	Marinha de Guerra Angolana (MGA)	Apoio à Marinha de Guerra Angolana	- Apoio técnico ao Comando e ao Estado-Maior da Marinha de Guerra. - Apoio técnico à Marinha de Guerra no desenvolvimento do Sistema de Autoridade Marítima. - Apoio técnico ao Modelo de Formação da Marinha de Guerra. - Apoio à organização e funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino da Marinha de Guerra. - Apoio técnico à prontidão Naval.
9	Força Aérea Nacional (FAN)	Apoio à Força Aérea Nacional Angolana	- Apoio técnico ao Comando e ao Estado-Maior da Força Aérea Nacional. - Apoio à organização e funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino da Força Aérea Nacional. - Apoio técnico e pedagógico aos Cursos da Escola Militar de Formação Aeronáutica. - Apoio técnico ao Centro Psicotécnico.
10	Formação em Portugal e apoio à formação em Angola	Formação em Portugal e apoio à formação em Angola	- Formação nos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea) e noutras Unidades, Estabelecimentos e Órgãos de Ensino Militar das Forças Armadas, e no Instituto da Defesa Nacional (IDN), conforme Programa Anual de Formação de Pessoal em Portugal. - Estágios e acções de ligação nos Comandos e Unidades das Forças Armadas Portuguesas para aquisição de competências na área da prontidão. - Apoio conceptual e organizativo à formação nas FAA. - Apoio técnico e pedagógico aos Cursos da Escola de Administração Militar.

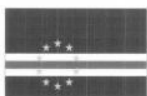
Pág 3 de 4 Págs

Feito em Luanda aos 04 dias de Maio de 2010, em dois exemplares originais, fazendo ambos os textos igualmente fé.

PELA DELEGAÇÃO ANGOLANA	PELA DELEGAÇÃO PORTUGUESA
O Ministro da Defesa Nacional	O Ministro da Defesa Nacional
 General Cândido dos Santos Van-Durlem	 Prof. Doutor Augusto Santos Silva

Pág 4 de 4 Págs

**COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR
LUSO-CABOVERDEANA**



**PROGRAMA-QUADRO
2012-2014**

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar celebrado em Mindelo, em 13 de Junho de 1988, entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa;

Considerando que este Acordo tem vindo a ser desenvolvido, com sucesso, através de consecutivos Programas-Quadro, que abrangem os períodos de 1991/1993, de 1993/1995, de 1995/1998, 2001/2003, 2003/2005, de 2005/2008 e de 2009/2011;

Tendo em conta que a execução desses Programas têm resultado mais-valias significativas para o Ministério da Defesa Nacional e para as Forças Armadas de Cabo Verde em áreas como a capacitação institucional, o domínio da organização da respectiva estrutura superior, a formação e capacitação de quadros militares, o domínio da aquisição de competências específicas nas áreas da doutrina, organização e logística;

Considerando, igualmente, os apoios no domínio da administração, e, nalgumas vezes, no equipamento e funcionamento do Centro de Instrução Militar do Morro Branco, bem como na organização de algumas unidades militares, como sejam a Guarda Costeira, os Fuzileiros, a Polícia Militar, propondo-se melhorar as respectivas capacidades, e na Assistência Hospitalar em Portugal;

O Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministro da Defesa Nacional da República de Cabo Verde, nos termos do artigo 3º do Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar celebrado em Mindelo, em 13 de Junho de 1988, aprovam o seguinte Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar Luso-Caboverdeana, a vigorar entre 2012 e 2014:

Projecto 1 - Estrutura Superior das Forças Armadas de Cabo Verde (ESFACV)

Objectivo Global - Apoiar a Estrutura Superior das FACV

- Objectivos Específicos**
- Apoiar tecnicamente o funcionamento dos órgãos e serviços;
 - Apoiar tecnicamente a optimização de procedimentos e implementação de ferramentas no âmbito da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros;
 - Apoiar tecnicamente no âmbito jurídico-administrativo da Estrutura

Superior das Forças Armadas em conformidade com as solicitações apresentadas por Cabo Verde e as disponibilidades da parte portuguesa;

- Apoiar tecnicamente o processo de instalação e consolidação do funcionamento da Direcção de Informações Militares, nomeadamente na optimização de procedimentos e na sua dotação com modernos sistemas de recolha, análise e difusão da informação, incluindo sistemas de apoio à decisão.

Projecto 2 - Escola Militar (EM)

Objectivo Global - Apoiar a organização e funcionamento da Escola Militar

- Objectivos Específicos**
- Apoiar tecnicamente o levantamento conceptual do modelo organizativo, pedagógico e funcionamento da EM;
 - Apoiar tecnicamente o planeamento e concepção de estruturas curriculares dos cursos a ministrar;
 - Apoiar tecnicamente as acções formativas que venham a ser desenvolvidas, nomeadamente pela integração de formadores no Corpo Docente;
 - Apoiar a criação de condições para a realização dos Cursos de Promoção a Capitão;
 - Apoiar tecnicamente o Comando, a Direcção Técnico-Pedagógica, o Corpo e as Companhias de Alunos a nível de equipamentos, bibliografia e material didáctico.

Projecto 3 - Polícia Militar (PM)

Objectivo Global - Apoiar a organização e criação de Unidades de Polícia Militar (PM)

- Objectivos Específicos**
- Apoiar tecnicamente a organização, formação e funcionalidade do Comando da PM, nomeadamente no que concerne à criação e operacionalidade das unidades de PM;
 - Apoiar tecnicamente o processo de concepção e implementação do Regulamento de PM;
 - Apoiar tecnicamente a criação de um Corpo de Instrutores PM para a

autonomização da instrução e treino;

- Apoiar tecnicamente os cursos de Formação de Polícia Militar no Centro de Instrução Militar Conjunto;
- Apoiar tecnicamente a formação de formadores para a criação e manutenção de capacidades específicas, nomeadamente nas áreas de Protecção e Escolta e Entidades, Controlo de Tumultos e Manutenção de Ordem Pública.

Projecto 4 - Guarda Costeira (GC)

Objectivo Global - Apoiar a consolidação da estrutura organizacional, formativa e operativa da Guarda Costeira.

- Objectivos Específicos**
- Apoiar tecnicamente a organização, formação e funcionamento do Comando da Guarda Costeira, da Esquadilha Naval, da Esquadilha Aérea;
 - Apoiar o Comando da Guarda Costeira no adiestramento, treino e avaliação das guarnições dos seus navios;
 - Apoiar tecnicamente a conceptualização, organização e funcionamento do COSMAR e a formação dos seus operadores;
 - Apoiar tecnicamente a definição, conceptualização e caracterização do modelo de exercício da Autoridade do Estado em espaços soberanos sob jurisdição marítima nacional, incluindo a componente de Busca e Salvamento Marítimo (SAR);
 - Apoiar tecnicamente a organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais e Zona Económica Exclusiva da República de Cabo Verde, contribuindo para a operacionalização e implementação do Tratado de Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição de Cabo Verde;
 - Apoiar tecnicamente o cumprimento de tarefas respeitantes ao Grupo de Segurança das Equipas de Vistoria a navios alvo;
 - Apoiar especificamente o Comando da GC na realização de estágios para inspectores de navios.

Projecto 5 - Unidade de Fuzileiros Navais (UFZ)

Objectivo Global – Apoiar a consolidação da estrutura organizacional, formativa e operativa dos Fuzileiros Navais

Objectivos Especificos

- Apoiar tecnicamente a organização, formação e operacionalidade da Unidade de Fuzileiros Navais através da execução de um plano anual de treino e adestramento contínuo e de eventuais acções de formação específicas consideradas de interesse;
- Apoiar técnica e pedagogicamente os Cursos de Formação de Fuzileiros Navais no Centro de Instrução Militar Conjunto (CIMC);
- Apoiar técnica e materialmente as infraestruturas de treino, designadamente na manutenção das pistas de treino físico específico;
- Apoiar técnica e materialmente a Secção de Botes e Motores, através da osdência deste tipo de meios de forma a manter o seu nível de operacionalidade.

Projecto 6 - Centro de Instrução Militar Conjunto (CIMC)

Objectivo Global – Apoiar o Centro de Instrução Militar Conjunto do Morro Branco

Objectivos Especificos

- Apoiar tecnicamente a organização e funcionamento da Direcção Pedagógica e a elaboração e actualização contínua da estrutura curricular dos cursos a ministrar;
- Apoiar técnica e pedagogicamente as acções de Formação de Formadores dos cursos a ministrar no CIMC;
- Apoiar tecnicamente a formação de Quadros para os dois ramos das Forças Armadas, designadamente na área das Operações de Apoio à Paz;
- Apoiar tecnicamente a formação do Contingente Geral e de especialidades para as Forças Armadas;
- Apoiar tecnicamente na produção e disponibilização de meios e ajudas de instrução para os diversos cursos ministrados no CIMC.



Projecto 7 – Formação em Portugal

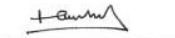
Objectivo Global – Formação em Portugal

Objectivos Especificos

- Formação nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos de Ensino Militar das Forças Armadas, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e Instituto da Defesa Nacional (IDN), conforme Programa Anual de Formação de Pessoal em Portugal de quadros das Forças Armadas de Cabo Verde, necessários ao completamento da orgânica e consolidação de capacidades em matéria de recursos humanos.

Praia, ao primeiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze.

O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL DA
REPÚBLICA PORTUGUESA



O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL
DA REPÚBLICA DE CABO VERDE



COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-MOÇAMBICANA

PROGRAMA-QUADRO 2010-2013

Nº DO PROJ	DESIGNAÇÃO	OBJECTIVO GLOBAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
1	Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas (ESDFA)	Apoio à Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico ao Ministério da Defesa Nacional e ao Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique; - Apoio conceptual para a criação da Escola Prática do Exército (Armas e Serviços); - Apoio técnico ao Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP; - Apoio técnico à criação da Polícia Militar Criminal; - Apoio técnico à organização do Sistema de Saúde Militar; - Apoio conceptual à criação do Centro de Psicologia Aplicada; - Apoio técnico nas áreas do Cooperação Técnico-Militar não inscritas em Programa-Quadro.
2	Marinha de Guerra de Moçambique (MGM)	Apoio à Estrutura Superior da Marinha de Guerra	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao Comando e Estado-Maior da MGM; - Apoio à organização dos Sistemas de Fiscalização e Segurança Marítima dos espaços marítimos nacionais; - Apoio no âmbito do Sistema de Autoridade Marítima; - Apoio à organização e funcionamento da MGM; - Apoio no levantamento de bases navais existentes;
3	Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM)	Apoio à Academia Militar Marechal Samora Machel	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio conceptual, organizativo e pedagógico ao funcionamento da Academia Militar; - Apoio técnico à Direcção Pedagógica, Comando e Serviços, do Corpo e Companhias de Alunos; - Apoio técnico ao planeamento e estruturas curriculares dos cursos a ministrar; - Apoio aos cursos de Marinha, Fuzileiros, Infantaria, Artilharia, Blindados, Administração Militar e Piloto Aviador; - Apoio aos cursos de Engenharia e Comunicações no âmbito das unidades curriculares de canz militar; - Apoio técnico aos Tirocínios; - Apoio técnico à organização e funcionamento do Centro de Medicina e Psicologia Aeronáutica; - Apoio Pedagógico ao Curso de Comandantes de Meios Rádio-Técnicos; - Apoio técnico no âmbito das instruções de Preparação Física e Instrução Militar;

Pág 1 de 3

3			<ul style="list-style-type: none"> - Execução de Tirocínios de Piloto Aviador em 2010; - Apoio técnico aos Tirocínios de Piloto Aviador nos anos subsequentes; - Apoio ao funcionamento da Biblioteca; - Apoio técnico ao Laboratório de Electrotécnica/Aviônica; - Apoio à supervisão das Actividades de Ensino e Instrução.
4	Polícia Militar (PM)	Apoio à Polícia Militar	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico ao Comando da Polícia Militar; - Apoio técnico à Formação de Formadores da Polícia Militar; - Apoio ao desenvolvimento e consolidação do Centro de Formação da Polícia Militar;
5	Centro de Formação de Forças Especiais (CFFE)	Apoio ao Centro de Formação de Forças Especiais	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao aperfeiçoamento e consolidação do Centro de Formação de Forças Especiais; - Apoio à consolidação dos Cursos de Oficiais, Sargentos e Praças; - Apoio à criação de Tropas Para-quadistas; - Apoio à criação do Comando de Operações Especiais;
6	Grupo de Escolas de Formação da Marinha de Guerra (GEFMG)	Apoio ao Grupo de Formação da Marinha de Guerra	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico ao Comando, à Direcção Pedagógica e aos Serviços do Grupo de Escolas; - Apoio técnico na consolidação da formação no Centro de Formação de Formadores, visando torná-lo um Centro de Excelência; - Apoio técnico na supervisão, revisão e elaboração dos currículos dos Cursos Curriculares, Extra-curriculares, Estágios e Tirocínios a realizar no Grupo de Escolas, e dos Cursos de Marinha na Escola de Sargentos das FADM; - Apoio conceptual de estudos e projectos ao Plano de Expansão do Grupo de Escolas;
7	Fuzileiros Navais (FN)	Apoio ao Centro de Formação e Batalhão de Fuzileiros Navais	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico à organização e funcionamento do Centro de Formação de Fuzileiros, e ao Batalhão de Fuzileiros Navais e às suas componentes; - Apoio na implementação do Curso de Liderança; - Apoio na edificação do Centro de Formação de Fuzileiros Navais como "Centro de Excelência de Formação de Formadores"; - Apoio técnico na supervisão, revisão e elaboração dos currículos dos Cursos Curriculares, Extra-curriculares, Estágios e Tirocínios a realizar no Centro de Formação de Fuzileiros, e dos cursos de FZ's na Escola Sargentos das FADM;
8	Escola de Sargentos das Forças Armadas de Moçambique (ESFAM)	Apoio à Escola de Sargentos das Forças Armadas de Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio conceptual, organizativo e pedagógico ao funcionamento da Escola de Sargentos; - Apoio técnico à Direcção Pedagógica, Comando e Serviços, do Corpo e Companhias de Alunos; - Apoio técnico ao planeamento e estruturas curriculares dos cursos a ministrar; - Apoio à execução dos Cursos de Formação de Formadores; - Apoio técnico à criação dos cursos de Mecânica Aeronáutica, Aviônica, Controlo de Tráfego Aéreo, Meteorologia;

Pág 2 de 3

			<ul style="list-style-type: none"> - Operadores de Sistemas de Assistência de Socorros e Bombeiros, Abastecimentos e Fuzileiros; - Apoio à supervisão das Actividades de Ensino e Instrução; - Apoio técnico ao levantamento do Plano Director de Infra-estruturas; - Apoio técnico na criação e funcionamento de uma Biblioteca;
9	Comunicações Militares (CM)	Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações Militares	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao levantamento das necessidades de organização e funcionamento da rede de Comunicações Militares; - Apoio ao levantamento das necessidades de gestão e Manutenção dos Meios de Comunicação; - Apoio ao levantamento das necessidades de formação de Especialistas;
10	Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)	Apoio à criação do Instituto de Estudos Superiores Militares	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à criação e funcionamento do IESM; - Apoio técnico e pedagógico aos Cursos; - Apoio técnico na criação e funcionamento de uma Biblioteca; - Interchâmbio de docentes e investigadores entre os IESM;
11	Engenharia do Exército	Apoio à Engenharia do Exército	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico na Formação teórica e prática de Especialistas na recuperação de infra-estruturas; - Apoio técnico na recuperação das infra-estruturas militares; - Apoio técnico no âmbito da Desminagem;
12	Força Aérea de Moçambique	Apoio à organização da Força Aérea de Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao Comando e Estado-Maior da Força Aérea de Moçambique; - Apoio conceptual e técnico ao desenvolvimento da Escola de Aviação; - Apoio técnico à Formação de Pilotos Aviadores; - Apoio técnico à formação de Técnicos-Aeronáuticos;
13	Formação em Portugal	Formação em Portugal	<ul style="list-style-type: none"> - Formação nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos de Ensino Militar (U/E/O) das Forças Armadas, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e Instituto da Defesa Nacional (IDN), conforme Programa Anual de Formação de Pessoal em Portugal;

NÃO FORAM INICIADOS

Pág 3 de 3

ANEXO C - PROGRAMA-QUADRO 2011-2013 DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR
LUSO-SANTOMENSE

Nº DO PROJ	DESIGNAÇÃO	OBJECTIVO GLOBAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
1	Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (ESDFASTP)	Apoio à Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico ao Ministério da Defesa e ao Estado-Maior das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP). Apoio técnico na área da legislação da Defesa Nacional. Apoio técnico na área do planeamento e organização das FASTP. Apoio técnico ao Comando e ao Estado-Maior do Exército. Apoio técnico no desenvolvimento do ensino à distância, no quadro do Centro de Operações e Formação (COPFOR). Apoio ao Projecto 2 na formação de Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente das FASTP. Apoio técnico na capacitação da ESDFASTP para o desenvolvimento de missões de interesse público e humanitário. Apoio técnico ao levantamento das necessidades de formação em Portugal no quadro do Projecto 6. Apoio técnico ao desenvolvimento de acções no âmbito do Núcleo Nacional do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP. Apoio técnico nas áreas da Cooperação Técnico-Militar (CTM) não inscritas no Programa-Quadro. Identificação de possíveis sinergias com outros países, designadamente da CPLP, em articulação com os outros Directores Técnicos, no âmbito dos Projectos deste Programa-Quadro.

2	Centro de Instrução Militar (CIM)	Apoio ao CIM na formação de Oficiais, Sargentos e Praças e Treino de Unidades para Operações Conjuntas de Interesse Público, Apoio Humanitário, Gestão de Crises e de Apoio à Paz.	<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico e pedagógico ao Curso de Formação de Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente. Apoio técnico à instrução militar da contingente geral e à instrução complementar, através de instrução colectiva e treino operacional in situ, integrada no Sistema de Forças Santomenses. Apoio à preparação e treino operacional de unidades, capacitando-as para integrar contingentes multinationais, no quadro das Operações de Apoio à Paz e Humanitárias.
3	Pelotão de Engenharia Militar de Construção (PEMC)	Desenvolver e aplicar em benefício das infra-estruturas militares as capacidades de intervenção do Pelotão de Engenharia Militar de Construção do Exército de São Tomé e Príncipe.	<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico na recuperação das infra-estruturas militares. Apoio técnico na formação técnico-profissional do Pelotão de Engenharia Militar de Construção.
4	Guarda Costeira (GC)	Apoio à Guarda Costeira Santomense e ao Serviço de Apoio à Navegação	<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico ao Comando e ao Estado-Maior da Guarda Costeira. Apoio técnico ao Projecto 1 nas áreas relacionadas com os espaços marítimos sob jurisdição de São Tomé e Príncipe, bem como na Estrutura Superior de Defesa e das Forças Armadas. Apoio técnico em legislação específica relacionada com a dimensão marítima do país, designadamente a referente ao quadro legal definido para Guarda Costeira e para a Autoridade Marítima. Apoio ao Projecto 2 na formação de Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente das FASTP. Apoio técnico à organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais e Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe. Apoio técnico ao desenvolvimento do Sistema de Autoridade Marítima. Apoio técnico à prevenção da Guarda Costeira. Apoio técnico ao levantamento das necessidades de formação em Portugal no quadro do Projecto 6.

Programa-Quadro 2011-2013

			<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico à edificação e manutenção da capacidade de apoio ao exercício do Comando e Comando sobre as Operações de Segurança Marítima e de Vigilância do Espaço Marítimo envolvendo Guarda Costeira/Sistema de Autoridade Marítima/Sistema de Defesa e Salvamento Marítimo. Apoio técnico ao Serviço de Apoio à Navegação de São Tomé e Príncipe. Acompanhamento técnico dos trabalhos de Manutenção Preventiva Anual da Rede de Anilhamento Marítimo, a desenvolver pela parte Santomense. Apoio técnico à realização de reparações pontuais de reconhecida dificuldade, sob o ponto de vista da execução técnica, na Rede de Anilhamento Marítimo. Apoio em material e equipamento necessário à Manutenção da Rede de Anilhamento, de acordo com as disponibilidades da parte Portuguesa.
5	Comunicações Militares (CM)	Apoio ao desenvolvimento das comunicações militares	<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico à organização e funcionamento da rede de comunicações militares das FASTP. Apoio técnico à organização e gestão da manutenção das redes de comunicações militares das FASTP. Apoio técnico à formação de especialistas na área das comunicações militares.
6	Formação em Portugal	Apoio à Formação em Portugal	<ul style="list-style-type: none"> Formação nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos de Ensino Militar (UEO) das Forças Armadas, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e Instituto da Defesa Nacional (IDN), conforme Programa Anual de Formação de Pessoal em Portugal. Estágios e acções de ligação nos Comandos e Unidades das Forças Armadas Portuguesas para aquisição de competências na área de prestação.

Programa-Quadro 2011-2013



COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR LUSO-TIMORENSE

PROGRAMA-QUADRO 2011-2013

Nº DO PROJ	DESIGNAÇÃO	OBJECTIVO GLOBAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
1	Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL (ESDFDTL)	Apoio à Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico ao Ministério da Defesa Nacional e ao Estado-Maior General das F-FDTL. - Apoio jurídico ao Estado-Maior das F-FDTL. - Apoio técnico à implementação do Sistema de Selecção, Classificação e Recrutamento das F-FDTL. - Apoio técnico no âmbito do Plano "Força 2020" - Apoio à estruturação e funcionamento do Instituto de Defesa Nacional. - Apoio técnico ao Núcleo Nacional do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP. - Apoio técnico ao planeamento na área da Formação (15 Divisão de Treino). - Apoio técnico em áreas não inscritas no Programa-Quadro.
2	Casa Militar do Presidente da República (CMPR)	Apoio à Casa Militar do Presidente da República	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio conceptual à criação da Casa Militar do Presidente da República; - Apoio técnico à consolidação da organização e funcionamento da Casa Militar do Presidente da República. - Formação de Oficiais em Portugal, no quadro do Projecto 7.
3	Componente Naval (CN)	Apoio à Componente Naval das F-FDTL	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico à organização, estruturação e regulamentação da Componente Naval das F-FDTL. - Apoio técnico à edificação, organização, funcionamento e preparação do corpo de formadores da Escola de Tecnologias Navais. - Apoio técnico à edificação e sustentação do Sistema de Assinalamento Marítimo. - Apoio técnico à organização, estruturação, regulamentação e operacionalização do Sistema de Autoridade Marítima. - Apoio técnico à organização, formação e treino da Unidade de Fuzileiros. - Apoio técnico à edificação e sustentação do Sistema de Busca Salvamento Marítimo. - Apoio técnico à edificação, e sustentação da capacidade de Apoio ao exercício do Comando e Controlo sobre as Operações de Segurança Marítima e de Vigilância do Espaço Marítimo (envolvendo Componente Naval/Sistema da Autoridade Marítima/Sistema Busca e Salvamento Marítimo). - Apoio técnico na área da protecção do ambiente marinho.

Pág 1 de 2

			<p>da fiscalização e preservação dos recursos psíquicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico ao levantamento do modelo, organização e funcionamento da Base Naval de Hena. - Apoio técnico à organização e gestão na área da manutenção dos meios navais das F-FDTL. - Apoio técnico à Manutenção dos Meios Navais das F-FDTL.
4	Centro de Instrução Militar (CIM)	Apoio ao Centro de Instrução Militar de METINARO	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico ao levantamento do modelo, organização e funcionamento do CIM. - Apoio técnico à organização e funcionamento da Direcção de Instrução e à elaboração dos currículos dos cursos a ministrar. - Apoio técnico e pedagógico às acções de formação de formadores dos cursos a ministrar no CIM. - Apoio técnico à formação de quadros das F-FDTL, incluindo na área das Operações de Paz. - Apoio técnico à formação de especialidades das F-FDTL. - Apoio técnico à formação do contingente geral das F-FDTL. - Apoio técnico na produção de material de instrução para os diversos cursos ministrados no CIM. - Apoio na formação em língua portuguesa dos militares das F-FDTL.
5	Componente Terrestre (CT)	Apoio à Componente Terrestre das F-FDTL	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico à organização, estruturação e regulamentação da Componente Terrestre das F-FDTL. - Apoio técnico à Componente operacional das F-FDTL. - Apoio técnico à organização e funcionamento da Componente de Apoio de Serviços das F-FDTL. - Apoio técnico à organização dos Serviços de Saúde Militar das F-FDTL.
6	Engenharia Militar (EM)	Apoio ao desenvolvimento da engenharia militar de construção	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico na área das infra-estruturas. - Apoio técnico na formação de especialistas na recuperação de infra-estruturas.
7	Formação em Portugal	Formação em Portugal	Formação nos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea) e noutras Unidades, Estabelecimentos e Órgãos de Ensino Militar das Forças Armadas, e no Instituto da Defesa Nacional (IDN), conforme Programa Anual de Formação de Pessoal em Portugal.

Pág 2 de 2